

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**



**PARANAGUÁ  
MARÇO/2024**

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	5
1.1- Localização .....	5
1.2- Histórico da instituição.....	5
1.2.1- Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço.....	6
1.3- Relação dos profissionais da instituição.....	6
1.3.1 – Nível de escolaridade.....	7
1.3.2- Cargos, funções e vínculo empregatício .....	7
1.4 - Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar.....	8
1.5 - Contextualização das condições físicas e materiais.....	9
1.5.1 - Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes .....	9
1.6 - Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar .....	10
1.6.1- Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas.....	11
1.6.2 - Critério de distribuição de turmas .....	12
1.6.3 - Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma.....	12
1.6.4- Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora .....	12
1.6.5- Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade .....	13
1.6.6- Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido...13	
1.6.7- Plano de atendimento emergencial.....	14
1.7- Calendário escolar .....	15
1.8- Calendário das reuniões do conselho escolar.....	16
2 – CONCEPÇÕES.....	16
2.1 - Conceção de sociedade.....	16
2.1.1- Fundamentação teórica .....	16
2.1.2- Direitos humanos .....	16
2.1.3 - Políticas de inclusão .....	17
2.2 - Conceção de educação.....	18
2.2.1 - Fundamentação teórica .....	18
2.2.2- Conceção de infância e criança (cmeis e escolas).....	18
2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar.....	19
2.2.4 - Transição da educação infantil para o ensino fundamental .....	19
2.2.5 - Transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental.....	20
2.2.6 - Educação inclusiva (educação especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar).....	21
2.2.7- Educação para as relações étnico-raciais.....	23

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

2.2.8- Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes .....	24
2.2.9- Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (sistema educacional da rede de proteção- serp e conselho tutelar).....	26
2.3- Concepção de gestão .....	26
2.3.1- Fundamentação teórica .....	26
2.3.2- Instrumentos de gestão democrática (assembleia escolar, conselho escolar e representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores.....	27
2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros .....	28
2.3.4- Articulação entre a instituição, a família e a comunidade .....	28
2.3.5 - Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais .....	30
2.3.6 - Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.....	30
2.3.7- Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora .....	31
2.3.8 - Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes.....	31
2.3.9- Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência à criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA (.....	32
2.4- Concepção de planejamento .....	33
2.4.1- Fundamentação teórica .....	33
2.4.2- Plano de ação para a recomposição da aprendizagem (considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano) .....	34
2.4.3 – Plano de ação do diretor.....	35
2.4.4- Plano de ação do pedagogo coordenador .....	37
2.4.5 Plano de ação do pedagogo orientador.....	37
2.4.7- Plano de ação de apoio da equipe operacional .....	38
2.4.8- Plano de ação do conselho escolar.....	39
2.4.9 Plano de trabalho docente .....	39
2.4.10 Plano de atendimento educacional especializado .....	39
2.4.11 Plano de atendimento pedagógico domiciliar .....	40
2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....	41
2.5.1- Fundamentação teórica .....	41
2.5.2- Direitos e objetivos de aprendizagem .....	42
2.5.3- Concepção de ensino e aprendizagem.....	43
2.5.4- Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da educação infantil, do ensino fundamental e do recreio dirigido).....	45
2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO .....	46
2.6.1- Fundamentação teórica .....	46
2.6.2 - O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem / desenvolvimento .....	46
2.6.3 - Análise de avanços e dificuldades pedagógicas.....	47

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

2.6.4 – Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros .....	47
2.6.5 - Avaliação institucional.....	49
2.6.6 – Recuperação paralela de estudos.....	49
2.6.7 – Avaliação externa.....	50
2.6.8 – Organização e efetivação dos conselhos de classe, pré e pósconselhos.....	51
2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	51
2.7.1- Fundamentação teórica .....	51
2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora .....	53
2.7.3 - Formação continuada na instituição conforme a instrução da hora atividade nº 01/2018 disponível no link: <a href="https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf">https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf</a> .....	53
2.7.4 - Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição .....	53
2.7.5 - Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas .....	54
3- MATRIZ CURRICULAR.....	55
4- PROPOSTA CURRICULAR.....	56
REFERÊNCIAS .....	56
ANEXOS .....	58

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

## **1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

**Município:** Paranaguá

**Código: CNPJ**

76017458/0001-15 **Instituição:** Escola Municipal do Campo

“Ponta de Ubá **Código INEP:** 41141075

**SAE:**184000229

**E-mail da instituição:** -

**Endereço:** Povoado Ponta de Ubá - Ilha de Ponta de Ubá

**Telefone:** (41) 3420 2861

**Nome da Equipe Diretiva:** Joice Cristina Pereira (Diretora do Departamento de Educação do Campo)

**E-mail da Equipe Diretiva:** [joice.pereira@paranagua.pr.gov.br](mailto:joice.pereira@paranagua.pr.gov.br)

**Dependência Administrativa:** Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

**Entidade Mantenedora:** Prefeitura de Paranaguá

**Ato de autorização:** Resolução Nº: 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982.

### **1.1- Localização**

A Escola Municipal do Campo “Ponta de Ubá” está localizada no Povoado Prainha, no Município de Paranaguá, no Estado do Paraná.

### **1.2- Histórico da instituição**

A Escola Municipal do campo “Ponta de Ubá” está localizada no Povoado Prainha – Ponta de Ubá, no Município de Paranaguá, no Estado do Paraná. A comunidade apresenta-se em sua maioria com uma situação financeira médio-baixa. Situada na área rural da cidade, tem o trabalho ligado às atividades pesqueiras e trabalhos informais. Os alunos em sua maioria estão dentro da faixa etária normal para cada ano, não há evasão de alunos, poucos repetentes e alguns casos isolados de dificuldades de aprendizagem em decorrência do não acompanhamento dos pais.

A referida escola busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

de aprendizagens significativas que possibilitem, aos nossos alunos, identificar novas formas de se relacionar com o mundo. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros. Tem-se também, o firme propósito de dar oportunidade às crianças de participar, de decidir, de tomar iniciativas, de se mobilizar em relação à comunidade, pois há muitas formas de fazer o trabalho escolar.

A Escola Municipal do Campo “Ponta de Ubá” foi criada e autorizada pela Resolução nº 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982 conforme o quadro de atos normativos a seguir:

<b>Tipo</b>	<b>Ato nº</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Revogação</b>	<b>Vigência</b>	<b>Observação</b>
Resolução	1195/09	02/04/2009	Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental		Na mesma data	Do 1º ao 5º ano de forma gradativa
Resolução	040/17	28/12/2017	Autorização de Funcionamento da Ed. Infantil		Na mesma data	Adequação de Nomenclatura
Ato administrativo	057/17	28/08/2017	Estatuto do Conselho Escolar		25/07/17	Aprovação do Estatuto do Conselho Escolar

### **1.2.1- Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço**

A instituição desde que foi construída possui o mesmo padrão predial, contendo duas salas de aula, uma cozinha, um almoxarifado, um pátio coberto que funciona como refeitório e dois banheiros, sendo um feminino e um masculino. Cada banheiro contém dois vasos sanitários e duas pias.

### **1.3 - Relação dos profissionais da instituição**

<b>FUNCIONÁRIO</b>	<b>MANHÃ</b>		<b>TARDE</b>	
	<b>ENTRADA</b>	<b>SAÍDA</b>	<b>ENTRADA</b>	<b>SAÍDA</b>
<b>Andressa do Carmo</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>12:30</b>	<b>16:30</b>
<b>Lourdes da Costa Silva</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>12:30</b>	<b>16:30</b>
<b>Josemari Alves Batista</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>13:00</b>	<b>17:00</b>

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "PONTA DE UBÁ"  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<b>Silvia Nascimento Santos do Rosário</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>13:00</b>	<b>17:00</b>
<b>Raquel Costa Nascimento(terceirizado)</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>12:30</b>	<b>16:45</b>

**1.3.1 – Nível de escolaridade**

<b>FUNCIONÁRIO</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>FORMAÇÃO INICIAL</b>	<b>GRADUAÇÃO</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>NÍVEL ATUAL NA TABELA</b>
<b>PROFESSOR/SERVIÇOS GERAIS</b>					
<b>Professora:</b> Andressa do Carmo Fernandes Maciel	20h	X	X	X	PROFE20N13-1
<b>Professora:</b> Lourdes da Costa	20 h	X	X	X	PROFE20N13-1
<b>Serviços gerais:</b> Josemari Alves Batista	40h	X	X		A4014-1
<b>Serviços gerais:</b> Silvia Nascimento Santos do Rosário	40h	X			A4011-1

**1.3.2- Cargos, funções e vínculo empregatício**

<b>Cargo/ Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Vínculo</b>		<b>Escolarização</b>						
		<b>Padrão</b>	<b>Hora aula</b>	<b>Fund.</b>		<b>Médio</b>		<b>Superior</b>		
				<b>C</b>	<b>I</b>	<b>C</b>	<b>I</b>	<b>C</b>	<b>I</b>	
Diretor de Departamento	Joice Cristina Pereira	X							X	
Secretário Geral	Mariane Aparecida Petenusso	X							X	
Assistente administrativo	Dircéia Batista								X	
Serviços Gerais	Josemari Alves Batista				X				X	
	Silvia Nascimento Santos do Rosário									
<b>P R O F</b>	Pré I	X	X						X	
	Pré II	X	X						X	
	1º Ano	X	X							
	2º Ano									

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "PONTA DE UBÁ"  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<b>ESORES</b>	3º Ano	Andressa do Carmo	X	X					X	
	4º Ano	Lourdes da Costa Silva	X	X					X	
	5º Ano	Lourdes da Costa Silva	X	X					X	
	Corregente									
	Português	Lourdes da Costa Silva	X	X					XX	
	Matemática	Andressa do Carmo	X	X					X X	
	História	Lourdes da Costa Silva	X	X					X	
	Geografia	Lourdes da Costa Silva	X	X					X	
	Ciências	Andressa do Carmo	X	X					X	
	Inglês									
	Arte	Andressa do Carmo	X	X						
	Educ Física	Andressa do Carmo	X	X						
	EJA									
	Ensino Integral									
Educ. Especial										

**1.4 - Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar**

A escola Ponta de Ubá está inserida no centro da ilha. Os insulanos são pessoas simples, tem sua renda através da pesca, os adultos na sua maioria estudaram até o quarto ano e os alunos que concluíram o ensino fundamental tem a oportunidade de concluir até o ensino médio na ilha vizinha na qual é possível chegar a pé.

A cultura predominante evidencia os costumes caiçaras e insulanos da região, festas e comida típicas.



**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**1.5 - Contextualização das condições físicas e materiais**

A gestão dos materiais é de suma importância tornar participativa e visível os Planos de Aplicação dos recursos federais (PDDE), da gerência e recursos públicos.

Em relação a manutenção será permanente, preventiva de acordo com as prioridades e possibilidades, sempre priorizando o pedagógico, tanto na parte estrutural como nos equipamentos. As salas possuem um tamanho adequado a quantidade de alunos.

A falta de cobertura na quadra de esportes limita o uso em dias de sol forte ou chuva, e a instalação de uma cobertura permitiria que a quadra fosse utilizada em qualquer clima, ampliando as opções de atividades físicas para os alunos. No entanto, conseguimos administrar o uso da mesma de acordo com o clima e flexibilizando as atividades a serem realizadas.

A escola possui acervos de livros infantis e materiais didáticos.

O espaço físico da escola atende às necessidades pedagógicas da instituição. A escola sempre busca melhorias nas instalações e equipamentos afim de priorizar o melhor atendimento aos alunos.

**1.5.1 - Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes**

A instituição contém duas salas de aula, uma cozinha, um almoxarifado, um pátio coberto que funciona como refeitório e dois banheiros, sendo um feminino e um masculino. Cada banheiro contém dois vasos sanitários e duas pias. Uma quadra de esportes sem cobertura onde os alunos jogam bola e interagem na hora do recreio.

Todos os espaços da unidade escolar (com exceção da cozinha e da sala dos professores) são de livre acesso de todos os educandos.

O desafio de dividir o espaço de materiais do ensino fundamental com o ensino infantil exige um planejamento cuidadoso e uma organização estratégica. No entanto, a escola administra isso muito bem, criando soluções, utilizando organização e estratégias práticas para as aulas.

Através de um diálogo aberto entre os professores e equipe escolar buscamos soluções criativas que atendam às necessidades de cada faixa etária, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e estilo de brincar.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

	Quantidade	Condições de utilização		O que está inadequado?
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	00			
Secretaria	00			
Sala de Professores	00			
Sala da Equipe Pedagógica	00			
Sala de Recursos Multifuncional	00			
Sala de Apoio Escolar	00			
Biblioteca	00			
Laboratório de Informática	00			
Auditório	00			
Sala de Aula	02	X		
Depósito de material de limpeza	01	X		Nosso depósito precisa de armários para que os materiais fiquem organizados
Despensa	00			
Refeitório	00			
Pátio coberto	01	X		
Quadra de esportes	01		X	Sem cobertura, pois o vento derrubou
Cozinha	01	X		
Área de serviço	00			
Sanitário dos Professores	00			
Sanitário dos serviços gerais	00			
Sanitário dos alunos	02		X	Com vazamento de fossa

**1.6 - Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar**

A Escola Municipal do Campo “Ponta de Ubá” atua sobre o regime de funcionamento, na modalidade da Educação do Campo e etapas de Educação Infantil, sendo a primeira etapa de educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 4 e 5 anos, e o Ensino Fundamental, do primeiro ao quinto ano, tendo por objetivo a formação básica do cidadão.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

A escola funciona no período matutino das 07:30h às 11:30h e vespertino das 12:30h às 16:30h. Nesse ano letivo nossa escola atende no período matutino uma classe multisseriada com de 1º, 3º, 4º e 5º ano e outra turma de 1º ano regular, no período vespertino atende a Educação Infantil com duas turmas de Pré I e Pré II.

Com um total de 12 alunos distribuídos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental - Séries Iniciais.

Os alunos em sua maioria estão dentro da faixa etária normal para cada ano, não temos alunos evadidos, nem repetentes.

<b>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO</b>		
<b>AULAS</b>	<b>MATUTINO</b>	<b>VESPERTINO</b>
ENTRADA	7h30	12h30
INTERVALO	09:30 x 09:45h	14h x 14:15h
SAÍDA	11h30	16h30

**1.6.1- Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas**

<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>		
<b>TURMAS</b>	<b>MATUTINO</b>	<b>VESPERTINO</b>
PRÉ I	00	01
PRÉ II	00	01
<b>TOTAL</b>	00	02
<b>ENSINO FUNDAMENTAL I</b>		
<b>TURMAS</b>	<b>MATUTINO</b>	<b>VESPERTINO</b>
1º ANO	02	02
2º ANO	00	00
3º ANO	01	01
4º ANO	01	01
5º ANO	01	01
<b>TOTAL</b>	05	05

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "PONTA DE UBÁ"  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**1.6.2 - Critério de distribuição de turmas**

O critério de distribuição de turmas em nossa instituição de ensino, variam dependendo das necessidades dos alunos e a disponibilidades de professores, levando em conta vários fatores como o perfil da turma, professor, vínculos e o ensino em turmas multisseriadas.

**1.6.3 - Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma**

<b>Educação Infantil</b>				
	<b>MATUTINO</b>		<b>VESPERTINO</b>	
	<b>Turma</b>	<b>Alunos</b>	<b>Turma</b>	<b>Alunos</b>
Pré I	-	-	01	05
Pré II	-	-	01	02
<b>TOTAL</b>	-	-	02	07
<b>Ensino Fundamental</b>				
<b>ANO/E.F.</b>	<b>MATUTINO</b>		<b>VESPERTINO</b>	
	<b>Turma</b>	<b>Alunos</b>	<b>Turma</b>	<b>Alunos</b>
1º ano	01	02	-	-
2º ano	00	00	-	-
3º ano	01	01	-	-
4º ano	01	01	-	-
5º ano	01	01	-	-
<b>TOTAL</b>	04	05	-	-

**1.6.4- Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora**

<b>Projeto</b>	<b>2024</b>								
	<b>INF. 4/5</b>	<b>Campo e Ilhas</b>	<b>INTEGRAL</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>5º</b>	
1 - VELHA INFÂNCIA	X	X	X	X	X	X	X	X	
2 - É DOANDO QUE SE VIVE		X				X	X	X	
3 - PORTO ESCOLA		X						X	
4 - DENGUE		X			X				
5 - SEMMA		X				X	X	X	

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**1.6.5- Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade**

FUNCIONÁRIO	MANHÃ		TARDE	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
<b>Andressa do Carmo</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>12:30</b>	<b>16:30</b>
<b>Lourdes da Costa Silva</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>12:30</b>	<b>16:30</b>
<b>Josemari Alves Batista</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>13:00</b>	<b>17:00</b>
<b>Silvia Nascimento Santos do Rosário</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>13:00</b>	<b>17:00</b>
<b>Raquel Costa Nascimento (terceirizado)</b>	<b>07:30</b>	<b>11:30</b>	<b>12:30</b>	<b>16:45</b>

**HORA ATIVIDADE – PERÍODO MATUTINO**

<b>SEGUNDA</b>	<b>TERÇA</b>	<b>QUARTA</b>	<b>QUINTA</b>	<b>SEXTA</b>
Andressa	Lourdes	Lourdes		
Andressa	Lourdes	Lourdes		
Andressa	Andressa	Lourdes		
Andressa	Andressa	Lourdes		

**HORA ATIVIDADE – PERÍODO VESPERTINO**

<b>SEGUNDA</b>	<b>TERÇA</b>	<b>QUARTA</b>	<b>QUINTA</b>	<b>SEXTA</b>
Andressa	Lourdes	Lourdes		
Andressa	Lourdes	Lourdes		
Andressa	Andressa	Lourdes		
Andressa	Andressa	Lourdes		

**1.6.6- Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido**

Sempre utilizamos a área verde para realizarmos atividades recreativas e pedagógicas quando as dinâmicas em sala de aula requerem um espaço físico maior.

O recreio com duração de 15 minutos, representa um momento crucial na rotina dos alunos. Para que esse tempo seja aproveitado ao máximo, tanto pelos alunos quanto pela instituição de ensino, é fundamental promover um ambiente seguro, inclusivo e propício para diversas atividades.

No recreio, além da área verde para brincadeiras, disponibilizamos jogos educativos, parque e materiais diversificados. A presença dos professores é importante neste momento, garantindo a segurança das crianças e também como mediador e organizador das

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

atividades.

#### **1.6.7- Plano de atendimento emergencial**

A segurança e o bem-estar dos alunos, professores e funcionários são prioridades inegociáveis em qualquer instituição de ensino. O plano de atendimento emergencial (PAE) assume um papel fundamental nesse contexto, estabelecendo protocolos claros e eficientes para lidar com situações de risco e garantir a rápida resposta da equipe escolar.

Identificação dos membros da equipe, incluindo suas funções e responsabilidades específicas. Estabelecimento de canais de comunicação eficazes para a rápida mobilização da equipe e da comunidade escolar. No treinamento e capacitação é a garantia de que a equipe esteja preparada para responder a situações emergenciais.

O Plano de Atendimento Emergencial envolve a retirada das crianças da escola com segurança, rotas de fuga e ponto de encontro seguro. Os professores, alunos e sua equipe de apoio (auxiliar de serviços gerais e cozinheira), deverão deslocar-se para os locais seguros previamente estabelecidos com todos.



**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "PONTA DE UBÁ"  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

1.7-

**Calendário escolar**

# CALENDÁRIO ESCOLAR

# 2024

## EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1	2	3						1	2
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	3	4	5	6	7	8	9
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	10	11	12	13	14	15	16
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	17	18	19	20	21	22	23
28	29	30	31				25	26	27	28	29			24	25	26	27	28	29	30
													31							

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO	
DIAS LETIVOS	0	DIAS LETIVOS	13	DIAS LETIVOS	20
Férias	30	Carga Horária	52	Carga Horária	80
Recesso	0	Recesso	3	Recesso	0
Feriado	1	Feriado	0	Feriado	2

ABRIL							MAIO							JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
													30							

ABRIL		MAIO		JUNHO	
DIAS LETIVOS	22	DIAS LETIVOS	19	DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	88	Carga Horária	76	Carga Horária	80
Recesso	0	Recesso	1	Recesso	0
Feriado	1	Feriado	2	Feriado	0

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31	*SEFE			25	26	27	28	29	30	31	29	30					

JULHO		AGOSTO		SETEMBRO	
DIAS LETIVOS	12	DIAS LETIVOS	21	DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	48	Carga Horária	84	Carga Horária	84
Recesso	10	Recesso	0	Recesso	0
Feriado	1	Feriado	0	Feriado	1

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4					1	2	1	2	3	4	5	6	7	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				

OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
DIAS LETIVOS	21	DIAS LETIVOS	20	DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	84	Carga Horária	80	Carga Horária	48
Recesso	1	Recesso	0	Recesso	9
Feriado	2	Feriado	2	Feriado	1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO
MAI	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
OUT	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FIADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

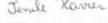
Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24


  

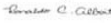
**Periodicidade**


1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias  
 2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias  
 3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias

  
**Tenile Cibele do Rocio Xavier**  
 Secretária de Educação

  
**Paula da Silva Inacio Perreira**  
 Superintendente de Planejamento Educacional

  
**Ronaldo Cardoso Alboite**  
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

  
**Tatiana Passos**  
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PDUA - Deliberação nº 01/2023  
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**1.8-Calendarário das reuniões do conselho escolar**

<b>DATA / MÊS</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>PAUTA REUNIÃO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
24/05	14 h	Participação dos segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem para atualizar o conselho escolar.	Professores, funcionários e pais.
27/05	10h	Participação dos segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem para atualizar o conselho escolar.	Professores, funcionários e pais.

## **2 – CONCEPÇÕES**

### **2.1 - Concepção de sociedade**

#### **2.1.1- Fundamentação teórica**

A sociedade é formada por uma estrutura ampla de indivíduos, onde se estabelecem relações, quase sempre, impessoais, mas que possuem uma aparente coletividade. As transformações que ocorrem na sociedade, influenciam em nossas vidas, por isso precisamos nos dar conta de tudo o que está ao nosso redor, seu entorno, se inter relacionando num projeto comum que nos conceda uma identidade de pertencimento.

E a escola tem papel importante no desenvolvimento destas transformações da sociedade, buscando formas de aplicar aquilo que queremos para o futuro de nosso mundo, ajudando uns aos outros, viver em sociedade é uma necessidade humana e educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade. A qual busca nas raízes da educação o verdadeiro sentido para sua evolução cultural, principalmente. Pois, é através desta interação que existem contribuições, porque a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação.

#### **2.1.2- Direitos humanos**

Se dá à formação humana em diversas dimensões. Ou seja, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética e estética. A complexidade das relações que se estabelecem



## **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

entre todos os elementos está ligada amplamente com as relações humanas e sociais. Dessa forma, a Educação requer que estejam integrados de forma qualitativa nos espaços, tempos, saberes e conteúdo.

Como processo pedagógico, a educação integral prevê a importância dos saberes formais e não formais na construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, valorizando os saberes, as diferenças e as semelhanças, fazendo de todos nós sujeitos históricos e sociais.

### **2.1.3 - Políticas de inclusão**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O capítulo 5 da LDB 9.394/96 trata somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais. Por exemplo, em uma classe regular com inclusão pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas.

No contexto da educação inclusiva, as estratégias pedagógicas correspondem aos diversos procedimentos planejados e implementados pelos professores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino. São envolvidos métodos, técnicas e práticas exploradas como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento de todos os alunos, principalmente os que apresentam maior dificuldade de concentração ou transtornos de aprendizagem.

O ponto de partida é a singularidade de cada aluno, focando sempre em suas potencialidades. A proposta curricular deve ser uma só para todos os estudantes, contudo, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. São utilizadas atividades que trabalham a percepção auditiva, a oralidade, a utilização da música, rimas, ritmo, concentração, atenção, o som e suas formas, estimulando a aprendizagem, a linguagem direta, clara e objetiva. Só assim se torna viável a participação efetiva, em equidade de oportunidades,

## **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

para o pleno desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiência ou dificuldades de concentração e aprendizagem.

Ressaltamos que os alunos que apresentam falta de concentração e aprendizagem, são encaminhados ao CMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado), para o atendimento do profissional educacional especializado (AEE), para identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para a eliminação das barreiras para a plena participação dos alunos com necessidades específicas.

### **2.2 - Concepção de educação**

#### **2.2.1 - Fundamentação teórica**

A política educacional Brasileira expressa, em seus princípios filosóficos, que a educação tem como finalidade a formação de um ser criador, reflexivo, produtivo e transformador, capaz de compreender as relações humanas, interagir com elas e construir, coletivamente, melhores condições de vida. Este ser humano criador, reflexivo, produtivo e transformador é aquele que analisa, compreende, produz e usufrui dos bens materiais e culturais que constituem a sociedade em determinado momento histórico. O objetivo que se quer alcançar, ao longo do processo educativo, é propiciar o domínio do conhecimento necessário para responder às exigências da vida em sociedade.

#### **2.2.2- Concepção de infância e criança (cmeis e escolas)**

A ideia de infância apresenta-se de forma heterogênea no interior de uma mesma sociedade e em diferentes épocas. É uma noção historicamente construída, que sofre influências legais, culturais e, portanto, tem se modificado ao longo dos tempos.

Do ponto de vista da ciência que estuda o desenvolvimento humano, a infância é o período de crescimento que vai do nascimento até a puberdade. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança é a pessoa até os doze anos de idade.

A Constituição Federal de 1988 estabelece um caráter diferenciado para a compreensão da infância, os pequenos passam a ser sujeitos de direitos e em pleno desenvolvimento desde seu nascimento. Assim, pode-se caracterizar a infância como uma produção social e histórica e não, simplesmente, uma fase biológica e natural de um processo de crescimento que passa para a adolescência e, depois, para a vida adulta.

## **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Sendo um sujeito único em pleno e constante desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional, a criança possui uma natureza singular que a caracteriza como ser que sente e pensa o mundo de um jeito muito próprio, o jeito da infância. Assim, a criança também compõe a sociedade, estando em permanente processo de humanização, num contexto que apresenta diversidade socioeconômico-cultural. Tal diversidade, na escola de Educação Infantil necessita ser respeitada, orientada, escutada em seus anseios e curiosidades, para que as crianças possam viver sua infância brincando, sonhando, imaginando. Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil.

### **2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar**

A escola sempre deverá estar aberta ao diálogo e a participação da família, da mesma forma, a família deverá sempre estar atenta ao que a escola se propõe a fazer, deverá haver um ambiente propício para um bom relacionamento, sempre pensando no bem-estar, na aprendizagem e no desenvolvimento da criança, ninguém pode negligenciar, ou deixar de cumprir o seu dever, de educar bem, de cuidar e de proteger, mais do que nunca a família e a escola devem conhecer e fortalecer suas participações para o bem-estar da criança.

As professoras/escola/equipe, preparam atividades lúdicas interessantes, criativas, adequadas e bem elaboradas com o objetivo de facilitar a adaptação e desenvolver a confiança no educador e no ambiente escolar. Não esquecendo que paciência, tolerância e bom-senso são primordiais nesse processo. O planejamento deve ser significativo, promovendo atividades de interação utilizando muita cor, música, água, areia e texturas.

O período da adaptação escolar deve ser vivenciado de forma leve e espontânea, porém com muito cuidado e atenção, pois cada criança possui um ritmo e necessidades diferentes. Esse período deve ser trabalhado em conjunto entre escola e família, sempre visando o bem estar da criança.

### **2.2.4 - Transição da educação infantil para o ensino fundamental**

Em relação à articulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental verificamos uma acentuada dicotomia. Por um lado, a educação infantil, historicamente baseada num eixo que é a infância e a sua peculiaridade, que envolve o

## **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

jogo, a imaginação, o brincar, a expressão em inúmeras linguagens, e de outro choca-se frontalmente com a primeira série do ensino fundamental que se encontra sob a lógica da escolarização com a função de instruir a criança, essencialmente, nas primeiras letras. Assim, a criança vista como criança na educação infantil passa a ser o aluno aprendiz por natureza no ensino fundamental.

A falta de articulação entre as classes do pré-escolar em educação infantil e a primeira série do ensino fundamental pode comprometer a futura aprendizagem das crianças, especialmente porque elas sofrem uma ruptura no entendimento do que seja escola, aprender na escola e qual o status do brincar no cotidiano institucional. As tentativas de articulação entre os dois níveis de ensino apontam para uma abordagem central de padronizar o desempenho das crianças ao seu sucesso escolar ou a pré-escola a serviço da escolarização. Para que aconteça essa inserção nessa escolaridade, torna-se prioritário a existência de um projeto educacional, que possibilite à criança o acesso ao conhecimento cognitivo, por meio da estimulação constante na área visual, motora ou sensorial a fim de que estes sejam úteis no seu desenvolvimento acadêmico futuro.

É importante dizer que nesta fase de articulação, trabalhar com o lúdico nas práticas educacionais é essencial. As crianças precisam aprender brincando, pois assim ela está criando os alicerces de sua personalidade. A atividade lúdica é fundamental, pois contribui para sua vida afetiva e intelectual. Se tivermos crianças que brincam, se aventuram em algo novo, teremos alunos equilibrados e seguros no decorrer dos anos escolares.

Para que a criança não sinta muito impacto na transição da Educação Infantil para as séries iniciais, a articulação é muito importante, pois a rotina muda, e essa ruptura é sentida pela criança, podendo vir a interferir na sua aprendizagem e adaptação. Ações realizadas para dar continuidade na adaptação na rotina do aluno e gerar uma boa transição é continuar com a hora da história, hora do brinquedo, hora da higiene, continuar com a oferta de atividades lúdicas e estimulantes, sendo alteradas ou substituídas, ou adaptadas pela necessidade do ano de aprendizagem.

A rede municipal de educação de Paranaguá possui uma instrução normativa que orienta a transição entre etapas: INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI - Orienta procedimentos para transição entre as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

### **2.2.5 - Transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental**

## **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

A transição se torna mais tranquila para os alunos quando há planejamento, organização e suporte por parte dos professores.

Por mais que os alunos estejam sempre sob o olhar atento dos professores, com a chegada dos meses finais do ano, as crianças que vão fazer a transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental exigem ainda mais atenção. Isso porque essa é uma fase que envolve diversas mudanças, o que pode ser bastante desafiador.

Diante de tantas novidades, como amenizar essa passagem e fazer com que os estudantes se adaptem da melhor forma? A resposta está no acolhimento, nas conversas autênticas e esclarecedoras com os alunos e as famílias. Além de estratégias práticas de organização para o dia a dia escolar, estão entre as prioridades.

A passagem dos Anos Iniciais para os Anos Finais é um momento delicado devido a mudança de escola, professores, amigos e de ritmo de estudos, podendo ocasionar medo, ansiedade e um sentimento de querer crescer logo, deixando de ser crianças para se tornarem adolescentes.

A rede municipal de educação de Paranaguá possui uma instrução normativa que orienta a transição entre etapas: INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI - Orienta procedimentos para transição entre as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

### **2.2.6 - Educação inclusiva (educação especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)**

A transversalidade na educação inclusiva diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade). Nossa escola possui uma visão mais ampla sobre essa realidade, acabando com a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar. A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento que buscam a reintegração de procedimentos acadêmicos, que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar, que muitas vezes se apresenta de maneira fragmentada. Quando nos referimos aos temas transversais nós os colocamos como um eixo unificador da ação educativa, em torno do qual organizam-se as disciplinas.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Nossa escola está, no contexto da educação inclusiva, adotando estratégias pedagógicas que correspondem aos diversos procedimentos planejados e implementados pelos professores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino. Elas envolvem métodos, técnicas e práticas explorados como meios para acessar, produzir e expressar o conhecimento de todos os alunos, principalmente dos que apresentam maior dificuldade de concentração ou transtornos de aprendizagem.

O ponto de partida é a singularidade de cada aluno, focando sempre em suas potencialidades, por um lado, a proposta curricular deve ser uma só para todos os estudantes, por outro lado, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. São utilizadas atividades que trabalham a percepção auditiva, a oralidade, utilizando a música, rimas, ritmo, concentração, atenção, o som e suas formas, estimulando a aprendizagem, utilizando linguagem direta, clara e objetiva. Só assim se torna viável a participação efetiva, em equidade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiência ou dificuldades de concentração e aprendizagem.

Ressaltamos que os alunos que apresentam falta de concentração e aprendizagem, já foram encaminhados ao CMAE (Centro Municipal de Atendimento Especializado), e estão na fila de espera para atendimento do profissional educacional especializado (AEE), para poderem identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, para a eliminação das barreiras e para a plena participação dos alunos, levando em conta suas necessidades específicas. Enquanto nossos alunos não são atendidos, os professores usam de atividades diferenciadas e diversificadas, e para superar essas barreiras existentes, só resta ao professor investir na diversificação de estratégias pedagógicas e flexibilização das atividades.

Segundo a DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ N°. 01/19 APROVADO EM 04/09/2019, que prevê as Diretrizes Municipais da Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá:

**CAPÍTULO II - EDUCANDOS ATENDIDOS PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Art. 10 O Atendimento Pedagógico Domiciliar compõe-se por educando que se encontra matriculado na instituição de ensino, em condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerando os aspectos psicossociais que interferem na permanência escolar.

**SEÇÃO III - ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR**

Art. 48 O Atendimento Pedagógico Domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

educacional aos educandos matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, para as adaptações / flexibilizações curriculares que deverão ser realizadas na residência do educando e no ambiente de ensino, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde. Parágrafo Único - O atendimento pedagógico deverá ser efetivado por um professor itinerante e flexibilizado, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e/ou continuidade dos estudos pelos educandos envolvidos.

### **2.2.7- Educação para as relações étnico-raciais**

A Educação das relações étnico-raciais configura-se como uma ação educacional de atendimento direto à demanda da população afrodescendente, por meio da oferta de políticas de ações afirmativas e pedagógicas. Pode, ainda, ser entendida como políticas de reparações, reconhecimento e valorização da história do povo negro, cultura e identidade associadas ao contexto de aprendizagem escolar. A instituição usa a proposição de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, através de ações pedagógicas com objetivos que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, por meio do reconhecimento e valorização sociocultural. No âmbito social, a Educação das Relações Étnico-raciais atua como estratégia de combate ao racismo e às violências de caráter epistemológico.

A Lei federal 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. A Lei 10.639/03 foi promulgada em 9 de janeiro de 2003 pelo presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva:

O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas Brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, complementou a lei 10.639 alterando a redação do artigo 26 – A, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os índios. Assim, a lei passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (BRASIL, Lei 11.645/08, grifo nosso).

### **2.2.8- Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes**

É essencial que seja realizado um processo de acolhimento no ambiente escolar, permanente e constante, sendo este o primeiro passo para garantir sua permanência efetiva e evitar uma possível infrequência ou abandono. A mobilização de diferentes fatores para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência, de abandono ou de evasão escolar, além da realização do acolhimento desses estudantes, visando garantir o seu acesso e a sua permanência na escola.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento etc, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma



**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola. A instituição organiza as ações de busca ativa quando o aluno tem 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas, a família é chamada e orientada a preencher a ficha do SERP, juntamente com a professora, e essa ficha é levada para a chefia imediata. Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica (SERP), que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. O SERP pode ser acessado em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, tablets, celulares (SMS) ou celulares (smartphones). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

A rede municipal de ensino de Paranaguá tem a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04/2023 – SEMEDI que dispõe sobre as normas para busca ativa dos(as) estudantes em evasão escolar, em situações de risco ou fora da escola da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, onde no Art. 3º diz: Faz-se necessário o registro da frequência dos(as) estudantes no Livro de Registro Classe Online dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

§ 1º Após constatar a ausência de 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados dos(as) estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e 15 dias consecutivos ou 30 alternados para Educação Infantil, sem justificativa na participação das aulas, a equipe gestora deve iniciar o processo da busca ativa de acordo com o Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP.

§ 2º O SERP deverá ser preenchido com os dados apenas dos(as) estudantes infrequentes.

§ 3º O Sistema deverá constar detalhadamente a quantidade de tentativas, as datas da busca ativa, os responsáveis contatados, os acordos estabelecidos e os instrumentos que a equipe estabeleceu para entrar em contato com a família.

§ 4º Esgotadas as tentativas da instituição em contatar a família da criança/estudante que não apresenta frequência, a equipe gestora deverá comunicar o Conselho Tutelar através de relatório e posteriormente inserir no SERP. Para que assim, o Conselho atue e aplique as Medidas de Proteção cabíveis, a fim de garantir o vínculo e o pertencimento do(a) estudante ao ambiente escolar.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**2.2.9- Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (sistema educacional da rede de proteção- serp e conselho tutelar)**

As instituições de ensino, em parceria com a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, buscam garantir o direito à educação de crianças e adolescentes matriculados nas escolas por meio do Programa de Combate ao Abandono Escolar. O programa implementa mecanismos de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar, evitando faltas frequentes e efetivando o direito à educação para todos os estudantes da Rede Pública Estadual do Paraná.

Todo estudante que falte 5 dias consecutivos ou, em até 2 meses, 7 dias alternados, sem justificativas, é incluído no Programa de Combate ao Abandono Escolar pelo Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP. As escolas fazem a busca ativa desses estudantes, em contato e em reunião com os responsáveis. Caso não obtenham sucesso, encaminham os casos para os órgãos de proteção dos direitos da criança e do adolescente, como o Conselho Tutelar.

A lei diz que, tanto a Constituição Federal como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantem que o acesso à educação básica é obrigatório. Além disso, o Código Penal prevê pena de detenção de quinze dias a um mês ou multa a quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar.

**2.3- Concepção de gestão**

**2.3.1- Fundamentação teórica**

A gestão democrática valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão e concebe a docência como trabalho interativo, que aposta na construção coletiva dos objetivos e funcionamento da escola por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo e do consenso. A gestão democrática valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo e constrói coletivamente os objetivos e funcionamento da escola, também por meio do diálogo e do consenso.

A organização e gestão refere-se aos meios de realização do trabalho escolar, isto é, à

## **ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

racionalização do trabalho e à coordenação do esforço coletivo do pessoal que atua na escola, envolvendo os aspectos físicos e materiais, os conhecimentos e qualificações práticas do educador, as relações humano-interacionais, o planejamento, a administração, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar. Tudo em função de atingir os objetivos. Ou seja, como toda instituição, as escolas buscam resultados que implicam em uma ação racional bem estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados, de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo.

### **2.3.2- Instrumentos de gestão democrática (assembleia escolar, conselho escolar e representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores**

A Gestão Democrática participativa envolve professores, alunos, funcionários e pais de alunos. É uma maneira mais aberta de dirigir a instituição. Para isso funcionar, é preciso que todos os envolvidos assumam e compartilhem responsabilidades nas múltiplas áreas de atuação da escola.

Em um contexto como esse, as pessoas têm liberdade de atuar e intervir e, por isso, se sentem à vontade para criar e propor soluções para os diversos problemas que surgem, sempre no intuito de atingir os objetivos da organização. A desarticulação dos agentes escolares têm como resultado um processo de ensino e aprendizagem fragilizado e fadado ao insucesso que, além de propiciar o trabalho sob princípios autoritários e fragmentados, produz resultados ruins em relação ao processo formativo dos alunos e na garantia da educação como direito de todos.

Na prática, este insucesso pode ser traduzido na crescente evasão escolar, nos índices de reprovação e na ausência de um espírito de pertencimento. Partindo desse possível problema, o objetivo deste trabalho consiste em entender o valor e o significado de uma gestão democrática participativa, as concepções, execuções e avaliações que a permeiam, assim como promover, junto às instâncias colegiadas (Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantis), a compreensão da importância na discussão, elaboração e implementação de planos e projetos. Além disso, busca-se contribuir para disseminar os conhecimentos produzidos com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade no processo de ensino e

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

aprendizagem.

Trata-se de uma reflexão sobre a Gestão Democrática Participativa que oferece elementos para repensar o ensino e a aprendizagem para a conquistada qualidade social na educação.

**2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros**

A gestão de conflitos é um instrumento que colabora não só para a harmonia, mas também para o progresso de uma instituição. Isso porque o conflito nasce da diversidade de ideias que, quando bem administradas, tendem a elevar a criatividade e as oportunidades de inovação nas equipes. Contudo, a visão negativa a respeito desse tema e a falta de ferramentas para lidar com as divergências tornam sua resolução um assunto delicado para a maioria dos profissionais. Contudo, a necessidade de que os embates, latentes ou abertos, sejam gerenciados de forma assertiva, exigindo muitas vezes a interferência de um líder ou mediador.

No pilar da gestão de pessoas, ou gestão de recursos humanos, o principal fator analisado pelos responsáveis é a equipe de profissionais da instituição. A motivação e o engajamento dos professores, juntamente com a confiança da comunidade é formada por interação sustentáveis e recíprocas com professores, alunos, pais e responsáveis. Tudo isso deve ser feito através da perpetuação do propósito e dos valores da instituição, promovendo um ambiente aberto ao diálogo, respeitoso e inclusivo para acolher bem a todos.

A gestão de pessoas nas escolas é a base para que tudo que é praticado dentro da instituição aconteça.

Em relação a manutenção, ela será permanente e preventiva de acordo com as prioridades e possibilidades, sempre priorizando o pedagógico com racionalidade, tanto na parte estrutural como nos equipamentos.

**2.3.4- Articulação entre a instituição, a família e a comunidade**

Há também a necessidade de realizar um trabalho contínuo de conscientização junto a toda comunidade escolar, sobre a importância da participação de todos nas tomadas de decisão e nos atos que ocorrem no interior da escola. A Escola procura o envolvimento da

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

comunidade objetivando um trabalho democrático, por meio de reuniões, eventos, leva a comunidade e a escola a conhecerem a realidade de ambas, para assim, nortear as medidas que devem ser adotadas e quais os caminhos que devem trilhar.

Ainda, neste sentido, convém destacar que o conhecimento prévio do aluno e a educação adquirida em sua família são considerados o primeiro passo, o diagnóstico da clientela que atendemos.

Essas ações são alicerçadas no amor ao próximo, no respeito e no cuidado com o outro, por meio da escuta, do diálogo, da mediação, da intervenção, da orientação, da observação, do acompanhamento e do estudo de caso realizado de modo multidisciplinar.

Cooperar com cuidado significa agir com respeito, valorizando cada pessoa no seu modo de ser, buscando ações educativas que possam auxiliar as pessoas a viver dignamente e a ser felizes. Também significa apostar no diálogo como forma de aproximação e resolução de conflitos. É de vital importância a participação dos pais nos diferentes projetos desenvolvidos pela Escola, pois são eles que exercem influência primária na formação do caráter dos filhos. Modelam, por meio do exemplo, das atitudes, das metas, dos julgamentos, das motivações e do comportamento social das crianças. Isso ensina o valor do comunitário, tendo a interdependência e a colaboração mútua como valores essenciais para o coletivo. Por meio da relação com o outro, acontecem a autorreflexão e o autoconhecimento.

A articulação da escola com a comunidade, dá-se também pelo Conselho Escolar conforme os artigos a seguir:

**Art. 2º** O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, observando a Constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola.

**Art. 12º** O Conselho Escolar é constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, previsto no Art. 16.

**Art. 16º** O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, previstas nos Art. 14 e 15, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- a) representante dos trabalhadores da educação docentes;

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

- b) representante dos pais de alunos ou responsáveis;
- c) representante dos movimentos sociais.

**Parágrafo único** – A Escola Municipal do Campo “Amparo” compõe o seu conselho escolar de acordo com a Deliberação COMED nº 02/15, artigos 9º §2º e 18.

### **2.3.5 - Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais**

Todas as instituições de ensino buscam ofertar uma educação de qualidade, com um espaço organizado e eficiente para garantir o pleno aprendizado dos estudantes. No entanto, para que isso aconteça é preciso uma boa gestão escolar em que o diretor, coordenador, orientador e demais profissionais atuem para complementar o papel do professor em sala de aula.

No caso da Educação do Campo, temos uma diretora de departamento responsável por todas as instituições das ilhas e das colônias locais. No entanto, as professoras exercem a autogestão na escola, desenvolvendo também as funções administrativas no ambiente escolar, seguindo a Deliberação COMED Nº 01 de 2011:

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20COMED%20N%C2%BA%2001%20de%202011.pdf> e a LEI COMPLEMENTAR nº 182, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015 que altera a redação do artigo 20 da lei complementar no 151, de 03 de junho de 2013:

Art. 1º: O artigo 20 da Lei Complementar nº 151, de 03 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 Em se tratando de unidade de ensino localizada na zona rural, comunidade pesqueira ou insulana, com exceção as localidades da Ilha dos Valadares e área central de Alexandra, em que haja apenas professor no exercício da função de docente, e que desempenhe serviços administrativos e pedagógicos, é assegurada, a título de gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora=aula, quando for o caso.

### **2.3.6 - Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional**

O registro de ocorrências disciplinares faz parte da cultura do ambiente escolar. O ritual

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

de apontar conflitos em um livro ATA, passa um ar de seriedade ao acontecimento. Dificilmente deixará de existir, pois representa os valores, práticas e simbologias da escola.

Se por um lado, a prática continuará existindo, por outro, é latente que sua renovação aconteça. Precisa deixar de ser utilizada como uma ameaça aos alunos, um julgamento ou, ainda, uma maneira de isentar a escola de sua responsabilidade. Nesta instituição, acreditamos que deve se transformar em uma fonte de dados valiosa, para que a escola, com base em indicadores, trabalhe a gestão de forma estratégica, com o intuito de que o registro de ocorrências disciplinares seja o de provocar os alunos a repensarem suas ações. Mas que seja, no entanto, de uma maneira acolhedora, para que desenvolvam suas habilidades reflexivas.

### **2.3.7- Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora**

A mantenedora é a Prefeitura Municipal de Paranaguá e a instituição de ensino se remete à Secretaria Municipal de Educação que articula com o poder executivo. As solicitações são realizadas via ofício. São realizadas periodicamente reuniões presenciais ou virtuais quando necessário, para tratar de assuntos pedagógicos, técnicos e administrativos, bem como repasses de orientações.

É realizado também diariamente contato entre o departamento de educação do campo e as professoras do campo para repasse de informações e comunicação sobre o andamento do trabalho.

### **2.3.8 - Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes**

A educação das crianças e adolescentes deve ser resultado de uma parceria entre a escola e a família. Todos precisam caminhar em uma mesma direção para alcançar o objetivo de promover o melhor desenvolvimento do estudante. Por isso, a relação entre os profissionais da escola e os familiares é tão importante. Da mesma forma, a relação entre professor e aluno possui grande impacto na educação das crianças.

Aquele docente que dá suporte individual aos alunos, por exemplo, ajuda-os a serem menos ansiosos diante de provas. Dessa forma, conseqüentemente, eles podem ter melhor desempenho nas avaliações.

**2.3.9- Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência à criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA (**

O Plano de conscientização e prevenção ao bullying e cyberbullying é essencial para criar um ambiente educativo seguro e acolhedor para todos os estudantes. A partir da conscientização e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, incluindo bullying e cyberbullying, elaboramos um plano levando em consideração as diretrizes estabelecidas na Lei 14.8711/2024, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Aqui está uma estrutura básica do plano:

- **Diagnóstico da situação:** Realizar uma avaliação da situação atual na escola ou instituição para identificar a prevalência e os tipos de violência enfrentados pelos alunos, incluindo bullying e cyberbullying. Isso pode ser feito por meio de pesquisas, questionários e análise de dados de incidentes registrados.
- **Formação de uma equipe multidisciplinar:** Constituir uma equipe composta por profissionais da educação, psicólogos, assistentes sociais e outros especialistas para desenvolver e implementar o plano de conscientização e prevenção. (SEMEDI).
- **Elaboração de diretrizes e políticas institucionais:** Desenvolver diretrizes e políticas claras e abrangentes para prevenir e lidar com casos de violência, bullying e cyberbullying, alinhadas com as disposições do ECA. Isso inclui procedimentos para relatar incidentes, investigar queixas e tomar medidas disciplinares, quando necessário.
- **Campanhas de conscientização:** Promover campanhas regulares de conscientização sobre a importância do respeito mútuo, empatia e prevenção da violência. Essas campanhas podem incluir palestras, workshops, atividades educativas, cartazes e materiais informativos para alunos, pais e funcionários.
- **Formação e capacitação de professores e funcionários:** Oferecer treinamento e capacitação para professores e funcionários sobre como reconhecer sinais de violência, abordar casos de bullying e cyberbullying de forma eficaz, e oferecer apoio emocional aos alunos afetados.
- **Promoção de ambientes seguros e inclusivos:** Fomentar a criação de um ambiente escolar seguro, inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos se sintam respeitados e valorizados. Isso pode envolver a implementação de programas de mentoria entre alunos,



**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

grupos de apoio, e a promoção de atividades que incentivem a cooperação e o senso de comunidade.

- **Monitoramento e avaliação contínua:** Realizar monitoramento regular para avaliar a eficácia das medidas implementadas, identificar áreas de melhoria e fazer ajustes conforme necessário. Isso pode incluir a análise de dados de incidentes, feedback dos alunos e funcionários, e avaliação do clima escolar.

## **2.4- Concepção de planejamento**

### **2.4.1- Fundamentação teórica**

O Planejamento é a principal ferramenta de trabalho do professor. É o fio condutor da ação educativa. As concepções do planejamento são funcionalistas e dialéticas, sendo um instrumento de poder. A concepção dialética tem no planejamento a práxis que surge da realidade. Nele são congregados aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo tempo consolida tarefas e saberes críticos, criativos, reflexivos, transformadores.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**2.4.2- Plano de ação para a recomposição da aprendizagem (considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano)**

<b>ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO PONTA DE UBÁ</b>		
<b>PLANO DE RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS</b>		
<b>DIAGNÓSTICO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
No início do ano letivo, realização e aplicação de um instrumento diagnóstico com o objetivo de identificar a proficiência dos estudantes com relação às habilidades essenciais que deveriam estar consolidadas até aquele momento. Pode-se utilizar a avaliação diagnóstica, atividades avaliadas e relatórios.	No início do trimestre ou assim que o estudante for transferido para a escola.	Professores
<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
Após analisar os resultados da diagnóstica, teremos um levantamento de quais habilidades estão mais defasadas. O professor deve então construir o seu planejamento focando preferencialmente nas necessidades e defasagens apresentadas pelos estudantes.	Trimestralmente após a avaliação diagnóstica.	Professores
<b>RECOMPOSIÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
Utilizar os recursos didáticos disponíveis e estudar estratégias para alcançar os resultados desejados com relação à aprendizagens dos estudantes. Sugere-se utilizar também a plataforma Opet inspira para encontrar recursos e abordagens	Trimestralmente	Professores e Secretaria Municipal de Educação

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<p>diferentes para os conteúdos, além da utilização de jogos, material didático e material concreto para alcançar todos os estudantes. Modificar e modificar estratégias e modelos de ensino sempre que se achar necessário.</p>		
<b>ACOMPANHAMENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>
<p>Através das atividades realizadas durante as aulas e das avaliações formativas aplicadas, deve-se revisar e se necessário recalcular o planejamento realizando ajustes de acordo com os avanços e evidências encontradas. O objetivo é que todos os estudantes avancem e alcancem as habilidades necessárias para cada etapa de ensino.</p>	Trimestralmente	Professores

<b>Escola Municipal do Campo “Ponta de Ubá” - Plano de Ação 2024</b>				
Prioridades	Ações	Período	Recursos	Responsáveis
<p><b>Gestão participativa/ democrática</b> <b>2.4.3 – Plano de ação do diretor</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões, com esclarecimentos para cada vez mais incentivar a participação efetiva e afetiva de todos os membros da comunidade escolar, em toda a gestão.</li> <li>- Trabalhar com todas as famílias trazendo para a escola, com melhor identificação da realidade de cada aluno.</li> <li>- As iniciativas de alteração, criação de normas ou documentos, será de forma coletiva, participativa para que todos tenham conhecimento das ações, formas de trabalho e da organização estrutural e pedagógica.</li> </ul>	<p>*Conselhos de Classe (trimestrais).</p> <p>*Reuniões (trimestrais); maio Setembro Dezembro</p>	<p>Humanos, TV, notebook</p> <p>Humanos, TV, notebook</p>	<p align="center">Chefia do Campo e professores</p> <p align="center">Chefia do Campo e professores</p>

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "PONTA DE UBÁ"  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Todas as medidas que a escola irá trabalhar será com a aprovação da comunidade escolar em ata na assembleia geral.</li><li>- A socialização das informações será de forma permanente, contínua, clara e transparente dentro das datas de cursos e atividades que serão realizadas.</li><li>- O índice de disponibilização será claro, com compromisso e responsabilidade da gestão, além de fixados em murais também será verbal em reuniões com registro em Ata.</li></ul>	*Reunião do PPP (semestral)	Humanos, TV, notebook	Chefia do Campo, professores e conselheiros
--	---	--------------------------------	--------------------------	--

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<p>Gestão Pedagógica</p> <p><b>2.4.4- Plano de ação do pedagogo coordenador</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientação com palestras e oficinas de capacitação com toda a gestão.</li> <li>- As formas de avaliação estão inseridas no PPP e Regimento da escola.</li> <li>- Cada professor é orientado quando assume as aulas para não ficar dúvidas no registro dos diários escolares.</li> <li>- As atividades pedagógicas terão acompanhamento da equipe pedagógica e da gestão, com orientações contidas no PPP, Regimento e Editora SEFE adotada em 2015 pela Prefeitura Municipal de Paranaguá para todas as turmas, desde o PRÉ II até o 5º ano do Ensino Fundamental. Caso as formas pedagógicas não alcancem bons rendimentos serão retomadas e dialogadas para encontrarmos melhores resultados.</li> </ul>	<p>*Palestra (anual)</p> <p>*Plano de Ensino (trimestral)</p> <p>*Livro de acompanhamento das atividades (diário)</p> <p>*Capacitação do SEFE</p> <p>*Capacitação através do PORTAL SEFE para todos os profissionais da educação.</p>	<p>Humanos, parcerias,</p> <p>TV, notebook</p> <p>Humanos, TV, notebook</p> <p>Humanos, livro de registro online</p> <p>Palestrante SEFE, auditório, TV, Datashow, notebook</p>	<p>Chefia do Campo, professores e funcionários.</p> <p>Chefia do Campo e professores</p> <p>Professores</p> <p>Chefia do Campo e professores</p>
<p><b>2.4.5 Plano de ação do pedagogo orientador</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Será passado aos pais, para eles terem conscientização da importância da união família/aluno, para o fortalecimento pedagógico de seu filho.</li> <li>- Identificar mecanismos pedagógicos, pondo em prática, que mais traga resultado de aproveitamento aos alunos.</li> </ul>	<p>Reunião de Pais e Professores</p>	<p>Humanos, TV, notebook</p>	<p>Professores e pais</p>

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<p>Gestão de Pessoas <b>2.4.6 Plano de ação da equipe de apoio administrativa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aproveitar o que cada servidor da educação tem de melhor, buscando um maior e melhor rendimento das atividades, a gestão será de forma coletiva, dialogada, participativa e democrática com reuniões para podermos agir, com aproveitamento do perfil e das habilidades de cada um.</li> <li>- Com a comunidade escolar, haverá respeito às opiniões e democracia para as tomadas de decisões.</li> <li>- Haverá priorização nos cursos e formação continuada dos servidores, para que todos enriqueçam seus conhecimentos, práticas e habilidades nas funções que trabalham, com aproveitamento das boas experiências, sempre estruturando todos os setores para viabilizar melhor rendimento, condições de trabalho satisfazendo a comunidade escolar.</li> </ul>	<p>*FormaçãoContinuada SEMEDI (SEFE)</p> <p>(Datas que serão realizadas conforme orientação da SEMEDI, diferentes para cada professor nas respectivas horas – atividades)</p> <p>Palestra anual</p>	<p>Humano, projetor multimídia, som, auditório</p> <p>Humanos,TV, notebook, parcerias</p>	<p>Palestrantes SEFE, SEMEDI, Chefia do Campo e professores.</p> <p>Chefia do Campo e professores.</p>
<p><b>2.4.7- Plano de ação de apoio da equipe operacional</b></p> <p>Serviços de Apoio (recursos físicos e financeiros)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A manutenção será permanente, preventiva de acordo com as prioridades e possibilidades, sempre priorizando o pedagógico com racionalidade tanto na parte estrutural como nos equipamentos.</li> </ul>	<p>Anual</p>	<p>Humanos e parcerias.</p>	<p>SEMEDI, Chefia do Campo, professores,Pais e Alunos.</p>

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<p><b>2.4.8- Plano de ação do conselho escolar</b></p>	<p>- A aplicação dos recursos será transparente, exposta em murais e dialogada com a comunidade escolar. *estreitar cada vez mais as relações entre Conselho Escolar e SEMEDI, para implementar novas ações que venham contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem, bem como da gerência dos bens e recursos públicos; * tornar participativa e visível os Planos de Aplicação do recurso federais (PDDE);</p> <p><b>Ações na esfera física e patrimonial</b></p> <p>- solicitação da construção de uma sala para professores com banheiro. construção de banheiros para os alunos com vasos adaptados para a educação infantil.</p>	<p align="center">Bianual</p>	<p align="center">Parceira / Humano</p>	<p align="center">SEMEDI / Escola</p>
<p><b>2.4.9 Plano de trabalho docente</b> (estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)</p>	<p>- As formas de avaliação estão inseridas no PPP e no Regimento da escola. - As atividades pedagógicas terão acompanhamento da equipe pedagógica e da gestão, com orientações contidas no PPP, Regimento e Estatuto adotada em 2015 pela Prefeitura Municipal de Paranaguá para todas as turmas, desde o PRÉ II até o 5º ano do Ensino Fundamental. - Os PTDs são mensais e são enviados até o dia 25 de cada mês para a supervisora da escola.</p>	<p align="center">Anual</p>	<p align="center">Humanos e parcerias.</p>	<p align="center">SEMEDI / Escola</p>
<p><b>2.4.10 Plano de atendimento educacional especializado</b></p>	<p>- Encarar os desafios que são postos e devem ser dados conta vista a atender a todos, na igualdade de direitos, deveres e oportunidades, independentemente de sua condição social, cultural, econômica, religiosa, física ou sexual, uma concepção de inclusão passa por revermos nossas posições de que a homogeneidade é fundamental na prática de ensino e aprendizagem.</p>	<p align="center">Durante todo o ano letivo</p>	<p align="center">Parceira / Humano</p>	<p align="center">CMAE, Chefia do Campo, professores e alunos</p>

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

<b>2.4.11 Plano de atendimento pedagógico domiciliar</b>	O Atendimento Pedagógico Domiciliar é um atendimento voltado para crianças e adolescentes enfermos que não podem sair de suas casas. Pessoas que apresentem patologias diversas como: doenças crônicas, doenças degenerativas, tratamentos prolongados e também casos nos quais os indivíduos foram submetidos a cirurgias ou mesmo sofreram acidentes que os impossibilitaram de frequentar ambientes sociais e as escolas regulares.	Durante todo o tempo necessário de tratamento menor	Parceira domiciliar / Humano	Pais, aluno e professor
--	--	---	------------------------------	-------------------------



## 2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

### 2.5.1- Fundamentação teórica

O currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, à determinada sociedade e às relações com o conhecimento. Nesse sentido, a educação e currículo são vistos intimamente envolvidos com o processo cultural, como construção de identidades locais e nacionais. Norteiam a prática docente

Os currículos vão além e trazem proposições em torno de como a criança e o jovem aprendem e, portanto, qual o papel do professor e quais as práticas pedagógicas mais adequadas para garantir os direitos de aprendizagens, de acordo com as realidades locais.

O currículo escolar é a base da prática pedagógica, que envolve os conteúdos que serão estudados, as atividades realizadas e as competências a serem desenvolvidas, com o objetivo da formação plena dos estudantes.

Ele serve como referência para a gestão e organização do conhecimento escolar, ao dispor sobre os conteúdos a serem estudados e o modo como serão abordados em sala de aula, além de estabelecer as metodologias e estratégias de aprendizagem adotadas pela escola. Trata-se de um documento normativo que compreende os objetivos de aprendizagem e as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, além de orientar o trabalho dos professores para cumprir esse propósito.

O currículo escolar é parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola, documento normativo que contém todas as atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo, compartilhado com toda a comunidade escolar. Ele surgiu para organizar o projeto pedagógico e atender às diretrizes educacionais, com a padronização dos conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos, de modo a garantir uma formação democrática que proporcione a humanização, a cidadania, o direito à educação e a diminuição da desigualdade cultural.

Com esse propósito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu o currículo escolar como o conjunto de competências a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica, para fins de organização das atividades escolares:

“Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (LDB, 1996, Art. 9 IV).

### 2.5.2- Direitos e objetivos de aprendizagem

A BNCC traz seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento que devem ser assegurados e estimulados na educação básica. Juntos, eles contribuem para que as crianças possam desempenhar um papel ativo na sociedade, construindo significados sobre si mesmas e sobre os outros.

**O direito de conviver** - para se relacionar bem em sociedade, as crianças precisam conviver e interagir com seus pares e com os adultos. Quanto mais heterogêneos são os grupos de convivência, mais os indivíduos aprendem a lidar com as diferenças, ampliando seu conhecimento sobre o mundo e desenvolvendo o respeito em relação às outras pessoas.

Para assegurar o direito de conviver, é fundamental que a escola envolva os estudantes em experiências de organização da vida associada e oportunize atividades em grupo, como aquelas que os ensinam a respeitar regras e lidar com diferenças. Afinal, a convivência trata de saber lidar com o outro.

**O direito de brincar** - as crianças aprendem brincando, por isso esse é um dos **mais importantes direitos na Educação Básica**. Por meio da ludicidade, os pequenos têm **todas as esferas de seu desenvolvimento estimuladas**, sem que se esqueçam do mais importante: que precisam se divertir e ter sua **imaginação e criatividade valorizadas**.

Na Educação Infantil, a ludicidade é a palavra de ordem. Todos os conteúdos trabalhados com os pequenos precisam respeitar o caráter imaginativo e divertido da infância. Por isso, é importante conduzir práticas pedagógicas recheadas de jogos e fantasias, com materiais e temáticas que despertem o interesse infantil.

**O direito de participar** - a educação valoriza cada vez mais o protagonismo dos alunos. A perspectiva de que os pequenos devem absorver informações de forma passiva está se tornando obsoleta. Por isso, são valorizadas atividades e brincadeiras em que os estudantes podem **se posicionar e contribuir com a construção dos conhecimentos**.

É importante envolver as crianças em todas as etapas das práticas pedagógicas. O educador deve conduzir as atividades conforme o engajamento

e o posicionamento das crianças: elas podem ajudar a decidir, entre algumas opções previamente planejadas, quais serão os materiais utilizados, os temas abordados, as cores empregadas etc.

**O direito de explorar** - de forma complementar ao direito anterior, a BNCC defende que os pequenos devem ser incentivados a explorar movimentos, sons, texturas, gestos, emoções, histórias, tecnologias etc. É por meio da experiência que a aprendizagem se torna mais significativa.

As crianças devem ser inseridas em vivências que oportunizem a exploração de elementos concretos e simbólicos. Em vez de expor conceitos prontos, o educador pode fornecer materiais diversos para que os pequenos tenham experiências, levantem hipóteses e tirem conclusões. Os momentos de reflexão devem ser guiados somente após a observação.

**O direito de se expressar** - a BNCC também entende que as crianças são sujeitos dialógicos, sensíveis e criativos, que devem ter assegurado o seu direito de expressão. **Sentimentos, hipóteses, dúvidas e descobertas** dos pequenos são **valiosas** e precisam ser respeitadas. Ainda, é fundamental **promover oportunidades** para que essa expressão se dê em diferentes linguagens.

Deve-se proporcionar o contato com formas de expressão diversas — oral, escrita, artística, física, digital etc. — para que os pequenos tenham seu repertório ampliado e entendam que há muitas formas de demonstrar seus sentimentos, pensamentos e opiniões. Além disso, vale a pena criar situações em que haja o exercício da fala e da escuta, como rodas de conversa.

**O direito de se conhecer** - por fim, para se inserir efetivamente dentro de uma comunidade e interagir com diferentes tipos de pessoas, é importante, antes de tudo, conhecer a si mesmo, **construindo uma identidade pessoal, social e cultural**. A criança desenvolve uma imagem de si e de seus grupos por meio de **experiências diversificadas** no contexto escolar, assim como no familiar e no social.

O autoconhecimento vai desde a percepção sobre o próprio corpo até os gostos e inclinações. A oferta de atividades físicas, intelectuais e artísticas diversas contribui para que as crianças aprendam do que gostam e do que não gostam, além de terem mais consciência sobre si mesmas.

### 2.5.3- Concepção de ensino e aprendizagem

## ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ” EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Por muito tempo a Pedagogia focou no processo de ensinar, no professor, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento. O ensino, então, ganhou autonomia em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano.

Hoje se sabe que é necessário ressignificar a unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que um não se realiza um sem o outro. Segundo FREIRE (1997): Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Aprender precedeu ensinar ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Daí a importância de conhecermos e refletirmos sobre o real significado do ensino e da aprendizagem que não se resumem apenas ao espaço da escola, mas estão presentes em diversos ambientes e situações como: em casa, na rua, no trabalho, no lazer, em contato com os produtos da tecnologia e no contato com a natureza.

Cada situação pode ser uma situação de ensino e aprendizagem, que consiste em ser capaz de indagar, pesquisar, procurar alternativas, experimentar, analisar, dialogar, compreender, ter uma atitude indagadora perante tudo o que se relaciona com a educação.

Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação e a sua humanização.

Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda.

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos(...) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento

historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (SEED/PR, 2005).

Para Vygotsky (1995) a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal. “O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem.

Esta defesa de dimensão política da educação, da indissociabilidade entre o ensino e a aprendizagem, entre o fazer e o pensar, do movimento dialético de apropriação do conhecimento que possibilite compreender o real em suas contradições, são algumas das muitas defesas da abordagem histórico-cultural.

#### **2.5.4- Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da educação infantil, do ensino fundamental e do recreio dirigido)**

A organização do tempo e do espaço escolar versa sobre avaliação, modos de ensinar e aprender, currículo, concepções de gestão, proposta pedagógica entre outros. Sendo pouco privilegiados os debates que dizem respeito ao tempo e espaço escolares, vale destacar que o tempo e o espaço são estruturantes da cultura escolar, ou seja, todas as ações no interior da escola ocorrem num espaço (sala de aula, recreio dirigido, sala dos professores etc.) e num tempo (ano letivo, dia letivo, uma semana, uma aula de 60 minutos, uma atividade recreativa de 20 minutos etc.). Além disso, a dimensão do tempo, assim como a do espaço, não é uma propriedade natural dos indivíduos, mas sim uma ordem a ser aprendida.

Não poderíamos deixar de assinalar também que a arquitetura espaço-temporal, particularmente, é condicionada e condiciona a dinâmica social e cultural.

Os tempos e espaços não são neutros e sim, eles são educacionais. Pensar sobre as marcas temporais e espaciais das escolas onde atuamos é fundamental para compreender os possíveis efeitos na formação dos alunos e no trabalho dos professores. Trata-se de pensar sobre os usos desses tempos e dos espaços que cada instituição dispõe e organiza no trabalho junto aos estudantes, docentes, pais e funcionários.

## **2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO**

### **2.6.1- Fundamentação teórica**

A avaliação percorre um caminho que visa o desenvolvimento da aprendizagem e a construção do conhecimento do indivíduo. Muitas vezes é confundida com exames, porém ambos possuem visões distintas de aprendizagem. “O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados, enquanto o de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação” (LUCKESI, 2002 p. 84). Nesse sentido o processo avaliativo é um processo complexo, o ato de avaliar vai além de atribuir uma nota, é um percurso que deve ser construído de forma processual e contínua. Sendo assim, o professor deve elaborar diferentes estratégias e metodologias de maneira que atenda as necessidades de cada aluno contribuindo para a construção do conhecimento dos mesmos. “O educador que estiver afeito a dar um encaminhamento para a prática da avaliação deverá estar preocupado em redefinir ou definir propriamente os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, como todos nós sabemos” (LUCKESI 2005 p. 42).

### **2.6.2 - O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem / desenvolvimento**

A avaliação, como prática cotidiana, se afirma como um processo potente para a reconfiguração da dinâmica curricular e reitera a escola como espaço de produção de conhecimentos para as crianças, para as professoras e para o campo de estudos sobre a educação das infâncias. “O papel da avaliação no ambiente da educação infantil”, visa conhecer, discutir e analisar diferentes concepções que cercam a avaliação da aprendizagem, reconhecendo sua importância como um instrumento de suporte ao desenvolvimento cognitivo da criança. Esta reflexão ganha espaço por conceber a importância do processo avaliativo na construção do conhecimento, bem como sua articulação na relação ensino-aprendizagem no cotidiano escolar.

Busca-se demonstrar a conexão entre a avaliação e suas implicações no processo de aprendizagem, considerando como base de trabalho o diálogo, a mediação e o diagnóstico. Ressalva-se o desenvolvimento da ação avaliativa na Educação Infantil como forma de acompanhamento do desenvolvimento na

primeira infância, através da observação da criança, a fim de registrar situações peculiares do cotidiano para qualificar a intervenção do professor e melhorar os processos de aprendizagem do educando.

### **2.6.3 - Análise de avanços e dificuldades pedagógicas**

Perceber as dificuldades de aprendizagem e atuar de forma apropriada sobre elas, é uma forma de fazer acontecer a aprendizagem significativa. Fazer com que o aluno consiga superar esse problema, muitas vezes causados por déficits cognitivos, físicos e, ou afetivos, representa a investigação, a finalidade, de muitos dos profissionais que acreditam no construir, nas superações que o processo educativo pode proporcionar.

Cabe ao educador diagnosticar o tipo de problema que o aluno está enfrentando, o que muitas vezes não é tarefa simples, portanto quando um professor perceber que alguma coisa não está dentro da normalidade com um aluno ou seja, que o aluno não está tendo um bom rendimento, ao invés de achar que o aluno é incapaz de aprender, é preciso procurar conhecer as causas dessa dificuldade. O número de alunos que sentem dificuldades em aprender tem aumentado consideravelmente. O que leva muitos deles a perderem o interesse pela escola, criando um clima de insegurança e a perda da autoestima.

A proposta deste trabalho é identificar, apresentar e analisar os motivos e as implicações que levam esses alunos a sentirem dificuldades e assimilar os conteúdos trabalhados em sala de aula e também obter dados significativos, sobre as crianças com Dificuldade de Aprendizagem e identificar o que está ocasionando a dificuldade e o que pode ser feito para tentar resolver esses problemas.

### **2.6.4 – Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros**

Gradativamente o portfólio vem ganhando espaço no campo educacional desde a Educação Infantil até o ensino superior. E cada vez mais está sendo utilizado a serviço do ensino e da aprendizagem, compondo-se como uma ferramenta de registro e avaliação. Sendo assim, o portfólio é um dos instrumentos para documentar o trabalho desenvolvido com as crianças. É uma

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

forma, num determinado período, de registrar as produções das crianças, suas realizações e conquistas.

O portfólio traz as histórias da criança e o que acontece nos seus percursos de aprendizagem. O registro realizado a cada dia faz com que o portfólio se constitua em um meio de avaliação processual. O portfólio, portanto, atende às necessidades dos diferentes atores: educandos, professores, pais, equipe pedagógica, enfim, dos envolvidos nesse processo tão meticoloso, detalhado e ao mesmo tempo, encantador. A elaboração de um portfólio demanda escolhas e decisões. Ele será composto pela professora. Ele será organizado pelas crianças. Ele será fruto de decisões conjuntas e de escolhas negociadas. Ele partirá de um projeto ou de atividades significativas durante o ano.

Com relação ao processo avaliativo das crianças atendidas na educação infantil, bem como os estudantes do fundamental I, a rede municipal de educação segue a normativa: INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2023 - SEMEDI Orienta e estabelece as normas para os processos avaliativos das crianças/estudantes matriculados nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, onde lê-se:

Art. 4º A avaliação na Educação Infantil se dará com os instrumentos de parecer descritivo e portfólio, sem atribuição de conceito/nota.

§1º O parecer descritivo da Educação Infantil deverá ser inserido trimestralmente no LRCO, sem atribuição de conceito/nota.

§2º O docente deverá definir previamente o foco no objetivo de aprendizagem que resultará na avaliação da criança, sistematizada no portfólio.

§3º Fica estabelecida a construção do portfólio e do parecer descritivo, ambos sendo apresentados às famílias ao longo do ano letivo, ao menos uma vez a cada trimestre. E a construção e acompanhamento do portfólio pela família caberá à organização da instituição.

§4º As instituições privadas terão autonomia para o desenvolvimento da estrutura do parecer descritivo e o modelo deverá constar no PPP vigente da instituição, assim como datas para conselhos de classe e entrega dos pareceres aos pais e/ou responsáveis;

§5º A instituição terá autonomia para organizar, entre os docentes, a responsabilidade e o compromisso de elaborar os pareceres descritivos, de acordo com as especificidades de cada criança/estudante, conforme organização e acompanhamento das turmas.



§6º As estratégias elaboradas pelos docentes, para avaliar os avanços da aprendizagem e desenvolvimento das crianças/estudantes, poderão ser organizadas em registros diários e/ou semanais com pautas nas observações e/ou diário de bordo, tendo como foco o objetivo de aprendizagem para integrar o parecer descritivo.

§7º O parecer descritivo deverá ser assinado pelos profissionais e pelos pais e/ou responsáveis, com arquivamento na pasta individual da criança.  
<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Instru%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%B0%2001.2023%20-%20SEMEDI.pdf>

### **2.6.5 - Avaliação institucional**

A avaliação institucional constitui-se como um processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, intrínseco à construção da sua autonomia, já que fornece subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. Essa autonomia não desvincula a escola das demais instâncias do sistema, uma vez que a avaliação institucional articula as avaliações, possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema. Dessa forma, a avaliação institucional torna-se um instrumento de reorientação do trabalho educativo, com base na construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa, capaz de intervir efetivamente na realidade educacional, no sentido de contrapor-se à crescente exclusão e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

### **2.6.6 – Recuperação paralela de estudos**

Consiste em uma ação de intervenção pedagógica focada em sanar as lacunas de aprendizagem diagnosticadas em um processo de avaliação. Dessa forma, o aluno tem a oportunidade de rever os conteúdos das disciplinas em que, anteriormente, não obteve o rendimento necessário. Dessa forma, pode ser submetido a outro processo de avaliação.

Assim, o plano de recuperação é necessário quando o professor aplica uma avaliação e seus resultados indicam que há lacunas de aprendizagem a serem sanadas, ou seja, existem habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas pelos alunos até aquele momento, mas ainda não foram desenvolvidas de modo

satisfatório.

A temática da recuperação paralela e reforço dos alunos está contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 em seu artigo 24, V, que determina que a verificação do rendimento escolar observará o critério da avaliação contínua e da obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar. Para cada avaliação aplicada, caso o aluno não consiga atingir a média, o professor aplicará uma avaliação de recuperação paralela (no transcorrer da disciplina, antes da próxima avaliação).

A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2023 - SEMEDI orienta e estabelece as normas para os processos avaliativos das crianças/estudantes matriculados nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá: <https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Instru%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%B0%2001.2023%20-%20SEMEDI.pdf>

### **2.6.7 – Avaliação externa**

As avaliações externas permitem o diagnóstico, o monitoramento do sistema educacional, e também, podem subsidiar o trabalho dos profissionais da educação, tornando-se mais uma ferramenta para o acompanhamento e melhoria do processo ensino-aprendizagem, uma vez que são aplicadas de modo a mensurar o conhecimento dos alunos, estabelecendo uma comparação entre o desempenho esperado e o apresentado, por este motivo, denominada também de Avaliação de Desempenho. As avaliações fazem parte do sistema educacional brasileiro e servem para orientar os professores quanto ao desenvolvimento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. As avaliações externas serão aplicadas nesta instituição de ensino seguindo as datas e orientações específicas da SEMEDI ( Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral) .

Algumas características e tipos de avaliação externa incluem:

1. Avaliação Nacional ou Estadual: Realizada por órgãos governamentais, como ministérios da educação, para avaliar o desempenho dos alunos em relação aos padrões e metas educacionais estabelecidos.

2 . Prova Paraná;

3 . Paraná Mais;

4. Compromisso Nacional com a criança alfabetizada;

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

5. Prova Indica.

As avaliações mais comumente aplicadas em nossa instituição de ensino são: Prova Paraná, Prova Brasil, Sefe Indica, Avaliação de fluência. Esses processos de avaliação externa podem ser usados para informar políticas educacionais, direcionar investimentos, promover a prestação de contas e fornecer informações para pais, educadores e outros interessados sobre o desempenho e qualidade da educação em diferentes níveis.

PROGRAMA	AVALIAÇÃO	TURMAS
Prova Paraná	Fluência (entrada)	2º ano
Prova Paraná	Fluência (saída)	2º ano
Prova Paraná	Diagnóstica (1ª edição)	5º ano
Prova Paraná	Diagnóstica (2ª edição)	5º ano
Prova Paraná	Diagnóstica (3ª edição)	5º ano
Prova Paraná Mais	Edição Única	2º e 5º ano
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Inicial Língua Portuguesa (fluência) Matemática	3º e 4º ano
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Intermediária L.P. ( <u>escrita, fluência e leitura</u> ) Matemática	3º e 4º ano
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Final L.P. ( <u>escrita, fluência e leitura</u> ) Matemática	3º e 4º ano
Indica	Língua Portuguesa	2º, 3º, 4º e 5º ano
Indica	Matemática	2º, 3º, 4º e 5º ano

### 2.6.8 – Organização e efetivação dos conselhos de classe, pré e pós conselhos

O cronograma de organização do pré e pós conselho de classe já está estabelecido no calendário escolar aprovado pelo COMED ( Conselho Municipal de Educação) os mesmos acontecem ao final do término do trimestre. A equipe pedagógica responsável pela educação do campo faz o pré e pós conselho com as professoras em dias pré estabelecidos no calendário escolar.

## 2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

### 2.7.1- Fundamentação teórica

É através de um processo formativo capaz de mobilizar os saberes da teoria da educação que os docentes compreendem e desenvolvem as competências e habilidades necessárias para a investigação da sua própria atividade. O professor deve fazer do seu trabalho em sala um espaço de transformação, não reproduzir apenas, mas produzir conhecimento através de

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

uma reflexão crítica. Com isso, se beneficia com os resultados obtidos para solucionar problemas e alcançar objetivos. A ideia do professor reflexivo proporciona uma ação educativa, cujo objetivo é romper com as visões simplistas de tratar o conhecimento, se transformando em atos críticos. A prática educativa é percebida como um traço cultural compartilhado que estabelece uma relação com outros âmbitos da sociedade.

O cronograma de organização do pré e pós conselho de classe já está estabelecido no calendário escolar aprovado pelo COMED (Conselho Municipal de Educação). Os mesmos acontecem ao final do trimestre.

A equipe pedagógica responsável pela educação do campo faz o pré-conselho de classe com as professoras em dias pré estabelecidos no calendário escolar, presencialmente ou in loco através de visitas nas escolas, onde são discutidos os avanços e dificuldades dos estudantes e as estratégias adotadas. Nesse momento, é preciso elaborar e analisar os instrumentos que facilitarão a condução da reunião. Todos os envolvidos deverão se organizar previamente, sistematizando os registros necessários, identificando pontos de destaque ou apontando demandas, percepções e sugestões.

O conselho de classe acontece presencialmente, geralmente na Semedi, com a presença de todas as professoras, em dias também previstos em calendário escolar, de forma a não prejudicar a quantidade de dias e horas letivos. É o momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos. Quais são as ações e as funções do conselho de classe? Entre elas estão analisar o desempenho dos alunos, identificar possíveis necessidades de intervenção e propor ações para melhorias do ensino.

O Pós-Conselho de Classe é o momento de informar e colocar em prática o que foi proposto durante o Conselho de Classe. É o momento de partilhar as decisões apontadas e discutidas no conselho de classe e operacionalizar as ações cabíveis, visando à melhoria do processo educacional. São identificados aspectos positivos ou que precisavam melhorar, analisando os instrumentos utilizados na avaliação, critérios, bem como o processo de recuperação de conteúdos e metodologias usadas. O Pós-Conselho de Classe é o momento de informar e colocar em prática o que foi proposto durante o Conselho de Classe.

### **2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora**

Durante o ano são realizadas varias formações para os professores, que já são previstas antecipadamente em calendário escolar e no cronograma mensal enviadas mês a mês.

A formação continuada é uma forma de garantir uma educação de qualidade, a mantenedora oferta capacitações, palestras, oficinas de acordo com um calendário organizado pela mesma e em parcerias com profissionais especializados e/ou outros sistemas de ensino, atualmente o SEFE/OPET, geralmente acontecem nas horas atividades do professor, não prejudicando assim a carga horária do aluno.

### **2.7.3 - Formação continuada na instituição conforme a instrução da hora atividade nº 01/2018 disponível no link:**

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>

Formação continuada: como será o processo de aprimoramento da prática pedagógica. A Deliberação Nº 02/09 – COMED, em seus Artigos 2º e 3º, dispõe para o Sistema Municipal de Ensino:

Art. 4.º Considera-se efetivo trabalho escolar a ação organizada, racional, planejada e histórica, que busca sua eficácia no desenvolvimento do educando estruturada a partir do projeto político pedagógico do estabelecimento e inserida no seu planejamento anual.

Art. 6.º O calendário escolar deverá garantir no mínimo 800 (oitocentas) horas de aula, distribuídos por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar por ano.

### **2.7.4 - Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição**

As formações ocorrem nas próprias instituições de ensino ou em instituições parceiras da Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá.

As Formações Continuadas estão inseridas no Calendário Escolar do corrente ano, respeitando os dias letivos e as horas, não permitindo assim nenhum impacto negativo aos alunos. É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu

conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

Ele deve formar-se com a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, ele será capaz de se adaptar às diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando assim as dificuldades encontradas na realidade da sala de aula.

A prática e o ato de reflexão dessa prática exercida no espaço da sala de aula contribuem para o surgimento de uma ressignificação do conceito de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, podemos perceber a importância do professor na sua própria formação e na formação dos educandos. Agindo como mediador, o docente está dando a oportunidade aos alunos de terem autonomia na construção do seu próprio conhecimento como forma de compreender a realidade social em que vivem.

É preciso que o professor tenha consciência do seu papel social para que possa ajudar o aluno a compreender a sociedade em que está inserido e a complexidade do conhecimento que se pretende adquirir, tendo como meta principal uma aprendizagem voltada para resolver os problemas que a vida nesta sociedade irá apresentá-lo, dando uma visão crítico-reflexiva das coisas que se apresentarão ao longo da vida. Com isso ele terá a possibilidade de compreender e interpretar os problemas que emergem no cotidiano.

#### **2.7.5 - Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas**

As formações continuadas em plataformas virtuais, tanto institucionais quanto externas, é uma prática valiosa para educadores. Isso inclui participação em cursos online, webinars, fóruns de discussão e acesso a recursos educacionais digitais. Essas plataformas oferecem flexibilidade e diversidade de conteúdo, permitindo que os profissionais ampliem seus conhecimentos e

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

habilidades de forma conveniente e adaptada às suas necessidades específicas. Esse foi um recurso muito utilizado em período de Pandemia. Nós contamos com o Opet Inspira, uma plataforma ofertada pela Mantenedora.

A plataforma Opet Inspira é uma ferramenta de grande auxílio ao professor, já que disponibiliza, além dos livros digitais, diversas atividades interativas, jogos, vídeos e diversos materiais que dão suporte às aulas. As formações podem ocorrer em ambiente virtual através de Google Meet, Google Sala de Aula (Classroom), Lives no Youtube, entre outros.

**3- MATRIZ CURRICULAR**

Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, à luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN.

**Ensino Fundamental**

SEMEDI:		MUNICÍPIO: Paranaquá			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal					
ENDEREÇO: Rua:					
FONE:					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaquá					
CURSO (4635): Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
TURNO: Diurno e Vespertino		C.H. TOTAL DO CURSO: 800h		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1991		FORMA: Simultânea			
ORGANIZAÇÃO:					
Componentes curriculares (Disciplinas)	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
ARTE	20 h	20h	20h	20h	20h
CIÊNCIAS					
EDUCAÇÃO FÍSICA					
GEOGRAFIA					
HISTÓRIA					
LÍNGUA INGLESA					
LÍNGUA PORTUGUESA					
MATEMÁTICA					
<b>Total de horas relógio semanais</b>	<b>20 horas relógio</b>				

## Educação Infantil

SEMEDI	MUNICÍPIO: Paranaquá	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal		
ENDEREÇO:		
FONE: 41 3420-2867		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaquá		
CURSO (n° 2001): Educação Infantil		
TURNO: Diurno e Vespertino	C.H. TOTAL DO CURSO: 800h	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1994	FORMA: Simultânea	
OFERTA: 4 (ou 5 anos completos até 31/03)	ORGANIZAÇÃO: Anual	
INTERAÇÕES E BRINCADEIRA	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio	

#### 4- PROPOSTA CURRICULAR

Currículo educação Infantil:

<https://www.paranaqua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo Ensino Fundamental:

<https://semi.paranaqua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo da Educação Especial:

<https://www.paranaqua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

#### REFERÊNCIAS

BRASIL – Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL – Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Referências curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL, Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB nº**



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

**6/2010 em 20 de outubro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais  
Gerais para Educação**

Básica.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&view=article&id=15074&Itemid=866> – Acesso em 15 de abril de 2019.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação - **Parecer CNE/CEB nº 4/2008**, aprovado em 20 de fevereiro de 2008 – Orientações sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&view=article&id=12743&Itemid=86>

6. Acesso em 20 de maio de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90** de 13 de julho de 1990.

**São Paulo: CBIA-SP, 1991.**

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**ANEXOS**

I. Instrumento de Avaliação Institucional

<b>AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - ESCOLA</b>				
1. Quem é o responsável pelas informações deste questionário? (Marque apenas uma resposta) (A) Pai (B) Mãe (C) Os dois - pai e mãe (D) Outro responsável				
2. Leia as frases abaixo e responda se concorda ou não com as afirmações. Se você não souber avaliar algum item, por favor, anote "não sei". (Marque apenas uma resposta por frase)	Concordo plenamente	Concordo em parte	Discordo	Não sei
Eu recebo informações da escola sobre o progresso do meu filho.	(A)	(B)	(C)	(D)
Eu sei o que os professores querem do meu filho.	(A)	(B)	(C)	(D)
Meu filho está seguro na escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
Os professores da escola têm respeito pelos alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola é um ótimo ambiente de estudo para os alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola do meu filho sabe preparar as crianças para o futuro.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola me dá informações claras sobre o que ensina ao meu filho.	(A)	(B)	(C)	(D)
Eu entendo o que os deveres de casa de meu filho pedem.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola é valorizada pela comunidade.	(A)	(B)	(C)	(D)
Eu ajudo meu filho a estudar em casa.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola faz reuniões com os pais para informar sobre os filhos	(A)	(B)	(C)	(D)
Eu considero que os professores são muito capazes.	(A)	(B)	(C)	(D)
O meu filho está bem na escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
O meu filho comporta-se bem na escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
Eu gostaria que meu filho estudasse em outra escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
Meu filho se sente seguro na escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
Quando há algum problema, sou rapidamente chamado à escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
Eu sou informado sobre o planejamento da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola dá importância para a opinião dos pais.	(A)	(B)	(C)	(D)
A escola se importa quando meu filho falta.	(A)	(B)	(C)	(D)
Meu filho gosta da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
Meu filho gosta dos professores.	(A)	(B)	(C)	(D)
Esta escola tem muitos problemas de comportamento dos alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)
Se eu pudesse pagar, meu filho iria para uma escola particular.	(A)	(B)	(C)	(D)

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Faça uma avaliação da escola de seu filho e dê uma nota de 0 a 10 para cada item, sendo a nota 0 uma avaliação muito negativa, e a nota 10 uma avaliação muito positiva.	Notas (Marque apenas uma nota para cada item)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Capacidade dos Professores.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Disciplina dos alunos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Interesse do seu filho pelos estudos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conhecimento que a escola tem dos problemas de ensino.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Qualidade dos Profissionais que atendem aos alunos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Instalações físicas da escola	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Segurança da escola.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Observações:

---



---



---

II.

Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar

<b>PESQUISA PERFIL – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR</b>		
Nome do aluno:		
Endereço:		
Ano/série:	Turma:	Turno:
Pessoa que respondeu o questionário:		
Data: ___/___/___		

Marque com um X a resposta que se aproxima da sua realidade:

**1 Com quem mora o aluno:**

( ) Com o pai e a mãe

( ) Só com a mãe

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

- ( ) Só com o pai
- ( ) Com o tio ou madrinha
- ( ) Com os avós
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**2 Quantas pessoas moram na residência?**

- ( ) De 1 a 3 pessoas
- ( ) De 4 a 6 pessoas
- ( ) Mais de 7 pessoas

**3 Estado civil dos pais:**

- ( ) Solteiro
- ( ) Casado
- ( ) Divorciado
- ( ) União estável
- ( ) Viúvo

**4 Quem Trabalha fora na sua casa?**

- ( ) Só o pai
- ( ) Só a mãe
- ( ) A mãe e o pai
- ( ) Os irmãos
- ( ) Os avós
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**5 Qual é o divertimento diário de seu (sua) filho(a)?**

- ( ) Vídeo-game
- ( ) Assistir televisão
- ( ) Brincadeiras livre no terreno de casa
- ( ) Ler
- ( ) Ouvir música
- ( ) Montar cavalo
- ( ) Brincar de casinha, boneca ou carrinho

**6 Você mora em:**

- ( ) Moradia própria
- ( ) Moradia cedida
- ( ) Moradia alugada

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

- ( ) Apartamento  
( ) Outro \_\_\_\_\_

**7 Como o aluno vai à escola?**

- ( ) Automóvel  
( ) Ônibus  
( ) Bicicleta  
( ) Transporte escolar municipal  
( ) Transporte escolar pela família  
( ) A pé

**8 Seu filho manifesta interesse em ir para escola?**

- ( ) Sim  
( ) Não: Porquê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**9 Qual é a profissão das pessoas que formam sua família?**

- ( ) Mãe: \_\_\_\_\_  
( ) Pai: \_\_\_\_\_  
( ) Tios: \_\_\_\_\_  
( ) Avós: \_\_\_\_\_  
( ) Outros membros: \_\_\_\_\_

**10 Qual é a religião dos membros da sua família?**

- ( ) Católica  
( ) Evangélica  
( ) Não tem religião  
( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**11 Tipo de música mais apreciado pela família:**

- ( ) Sertaneja  
( ) Funk  
( ) Gospel  
( ) Popular brasileira  
( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**12 Como sua família se diverte?**

- ( ) AssistindoTV

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

- ( ) Passeando
- ( ) Praticando esportes
- ( ) Frequentando praças
- ( ) Lendo
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**13 Você recebe o benefício do Programa Bolsa Família?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**14 Na sua comunidade, o que tem de mais importante para você?**

- ( ) Igreja
- ( ) Campo de futebol
- ( ) Centro comunitário
- ( ) Quadra esportiva
- ( ) Posto de saúde
- ( ) Lanchonete
- ( ) Escola
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**15 Qual é o nível de escolaridade das pessoas que moram em sua casa?**

**Escreva uma das opções abaixo para cada membro:**

- ( ) Não estudou
- ( ) Ensino Fundamental completo
- ( ) Ensino Fundamental incompleto
- ( ) Ensino Fundamental em curso
- ( ) Ensino médio completo
- ( ) Ensino médio incompleto
- ( ) Ensino médio em curso
- ( ) Curso superior

Nome da pessoa da casa	Grau de parentesco com o aluno	Escolaridade

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**


**16 Há quanto tempo seu filho estuda nesta escola?**

- ( ) Menos de um ano
- ( ) De 1 a 3 anos
- ( ) De 4 a 5 anos
- ( ) Acima de 5 anos

**17 Qual o motivo que o levou a matricular o seu filho nesta unidade de ensino?**

- ( ) Por ser perto de casa
- ( ) Devido ao transporte escolar
- ( ) Por estar próximo ao trabalho dos pais
- ( ) Pelo trabalho desenvolvido pela instituição
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**18 Como você considera o ensino nesta instituição?**

- ( ) Ruim
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo

**19 Você acredita que a aprendizagem do seu filho depende da união entre a família e a escola?**

- ( ) Sim
  - ( ) Não. Porquê? \_\_\_\_\_
- 

**20. Você está satisfeito com a escola?**

- ( ) Sim

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

( ) Não

Por que: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**21. Seu filho tem um tempo reservado para estudo/leitura/pesquisa em casa?**

( ) Sim

( ) Não

**22. Em sua casa, há algum espaço reservado para o estudo do seu filho?**

( ) Sim

( ) Não

**23. Quanto ao acesso à internet, o seu filho:**

( ) Não possui acesso

( ) Tem acesso a qualquer hora do dia utilizando wifi

( ) Tem acesso limitado pelo pacote de dados

( ) Tem acesso apenas durante um período do dia, quando um dos responsáveis que possui celular está em casa. Neste caso, especifique o período:

\_\_\_\_\_

**24. Deixe aqui uma sugestão que possa contribuir para a melhoria da nossa escola:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





IV. Plano de Atendimento Educacional Especializado

Nossa instituição não contempla essa modalidade de ensino (AEE).

V. Plano de Formação Continuada

**ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO**

**Nome do profissional responsável pela formação em serviço:**

**Colaboradores:** \_\_\_\_\_

**Introdução:**

Apresentar o problema e formular as justificativas científicas, técnicas e o benefícios que podem ser alcançados com os resultados da formação continuada.

**Objetivos:**

Objetivo Geral:

Aponta de forma ampla e direta o resultado que a instituição pretende realizar em seu programa de formação.

Objetivos Específicos:

Indicam as ações que se realizarão para atingir os resultados nas etapas de trabalho desenvolvido, ou seja, os passos que serão percorridos para se chegar aos resultados propostos.

**Fundamentação Teórica:**

O texto deve ser elaborado sobre uma visão geral do problema com base em autores consultados dando sustentação ao trabalho, por isso é indispensável registrar as fontes consultadas no texto.

**Metodologia:**

- Colaborar para a compreensão e melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver atividades que possibilitem a integração entre as disciplinas por área do conhecimento;

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

- A formação continuada deverá acontecer no próprio local de trabalho.

**Avaliação:**

A avaliação tem a função de sustentar e orientar as intervenções pedagógicas, auxiliando os professores a repensar sobre sua prática. Acontecerá sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelos alunos, considerando as ações propostas para o semestre.

**Observação:** A formação deverá ocorrer de acordo com a realidade de cada instituição e preferencialmente durante a Hora Atividade.

**FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO**

<b>Nome da Instituição:</b>		
<b>Data:</b>		
<b>Período Realizado:</b>		
<b>Formação conduzida por:</b>		
<b>Nº de Participantes:</b>		
<b>Tema</b>	<b>Tempo de Duração</b>	
<b>Metodologia</b>	<b>Textos Utilizados</b>	
<b>Vídeos Apresentados</b>	<b>Dinâmica Proposta</b>	
<b>Participantes</b>		
<b>Matrícula</b>	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**


**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

METAS (O QUE FAZER?)	JUSTIFICATIVA (POR QUE FAZER?)	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEIS (QUEM VAI FAZER?)	PERÍODO (QUANDO?)	RECURSOS MATERIAIS (COM O QUE FAZER?)
Instruções com profissionais da alimentação com o intuito de orientar aos responsáveis sobre a alimentação.	Instruir os responsáveis da importância que a boa alimentação tem.	Profissionais da alimentação, nutricionistas e merendeiras.	Secretaria da educação.	Durante o ano letivo.	Com a parceria da empresa de alimentação.
Desenvolver aulas de reforço mais lúdicas.	Investigando as dificuldades e as particularidades de cada aluno.	Planejamento de Ações Pedagógicas, sequência didática e Planejamento de Avaliação.	Coordenação e professores.	No decorrer do ano letivo	Avaliação oral e escrita.
Providenciar exposição de experiências de todos os professores das turmas.	Proporcionar exposição de experiências, entre professores, para fortalecer e enriquecer parcerias para melhorar o ensino escolar.	Realizar momentos para discutir sobre os avanços dos alunos.	Coordenação e professores	No decorrer do ano letivo.	Sala de aula.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

VII. Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER)

<b>PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS - ERER</b>
<p>As leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 respaldam o trabalho das temáticas étnico raciais, e incentivam o estudo de estratégias para suas aplicabilidades em sala de aula. Elas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, essas leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação e são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de promover no ambiente escolar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural.</p>
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA</b>
Garantir, nas formações, a temática para os educadores.
Promover a formação dos profissionais de forma sistêmica com participação em fóruns, seminários, rede de trocas, congressos ou outros.
<b>REGISTRO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO</b>
Revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico (PPP), inserindo a implementação de trabalho pedagógico com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio
Promover a participação de toda comunidade escolar, em seus vários segmentos, por meio de debates, encontros, diálogos e propostas quanto ao registro das questões raciais no PPP.
Registrar no PPP a forma interdisciplinar, transversal e coletiva com que a temática da educação para as relações étnico-raciais devem ser trabalhadas com os estudantes.
<b>CONHECIMENTO SOBRE O APARATO LEGAL</b>
Reproduzir e deixar em lugar de fácil acesso as legislações e diretrizes referentes à Educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
Possibilitar, no início de cada ano, a divulgação sobre a legislação pertinente por meio de cartazes expostos no ambiente escolar.
Cuidar para que esteja inserido o quesito raça/cor nos formulários de identificação dos estudantes.
<b>ADEQUAÇÃO DE MATERIAL, ATIVIDADES E RITUAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS</b>
Criar, atualizar e organizar o acervo de livros, contemplando a questão racial.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “PONTA DE UBÁ”  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Contemplar a temática étnico-racial na aquisição de livros didáticos, paradidáticos e materiais em geral, reservando uma porcentagem significativa do total.
Utilizar recursos variados, como ferramentas em sala de aula, para abordar a cultura afro-brasileira e temas relacionados, recorrendo às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.
Cuidar para que o acompanhamento pedagógico garanta aos profissionais o conhecimento e o uso do acervo e materiais pedagógicos existentes na escola.
Promover uma análise criteriosa dos livros didáticos utilizados, observando a ocorrência de informações equivocadas ou estereótipos em relação ao negro, à história e à cultura afro-brasileira e africana.
<b>PROTOCOLOS ESCOLARES ANTIRRACISTAS</b>
Construir de forma coletiva, articulada pela gestão, com a participação de todos os segmentos escolares, um protocolo antirracista definindo intervenções pensadas didática e pedagogicamente e os procedimentos a adotar na ocorrência de situações de discriminação, preconceito e racismo.
Registrar o protocolo nos documentos escolares.
Socializar o protocolo junto aos vários segmentos da comunidade escolar.
Apurar e agir proativamente em situações de racismo, preconceito e discriminação ocorridos no interior da escola (seja institucional e/ou pessoal; verbal, física e ou psicológica/emocional).
<b>DIÁLOGO COM A COMUNIDADE</b>
Incentivar a participação efetiva da comunidade escolar em reuniões, materiais impressos, fóruns, seminários e/ou palestras sobre as Leis 10.369/03 e 11.645/08.
Criar espaços para discussões e atividades que referenciam a legislação sobre as questões raciais no currículo escolar junto à comunidade escolar.
Incentivar a criação de redes sociais que articulem escola e família na construção de um trabalho integrado em que movimentos sociais, associações de bairro e religiosas, grupos culturais e igrejas sejam também protagonistas e corresponsáveis pela implantação das leis.
Fazer um levantamento na comunidade de atuação da escola, elencando manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas presentes e as pessoas que criaram ou levam à frente essas manifestações.
<b>ARTICULAÇÃO DE PROJETOS</b>
Assegurar, durante o planejamento anual, espaço para reflexão, estudo e adequação de conteúdos e temas relativos à questão racial em cada um dos componentes curriculares e com os projetos comumente trabalhados no cotidiano escolar (sexualidade, gênero, saúde, juventude etc.), na perspectiva de promover integração de saberes e caminhar para a interdisciplinaridade.

VIII. Plano de Atendimento Emergencial – PAE

O PAE – Plano de Abandono Escolar é realizado através de treinamentos que são realizados em conjunto com os brigadistas de cada escola. Trata-se de uma parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Segurança, através da Academia de Formação de GCM. O treinamento está sendo realizado em todas as instituições de ensino do município de Paranaguá e engloba desde o início do combate do sinistro pela Brigada Escolar e acionamento das equipes de emergência, como Corpo de Bombeiros e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até a contagem dos alunos no ponto de encontro, na área externa do prédio.

O curso de brigadistas conta inicialmente com a parte teórica e segue para a parte prática com uma simulação. Os funcionários então ficam preparados para uma situação emergencial com o objetivo de garantir uma ação eficiente e segura para atender aos alunos.

Os brigadistas têm como atribuições, inspeções dos equipamentos de combate a incêndio, organizar as possíveis rotas de fuga, para que numa situação de emergência, princípio de incêndio, vazamento de gás, até a possibilidade de um ataque no animal peçonhento, como abelhas, a possibilidade que eles saiam desse prédio com conhecimento. Então, é importante que a equipe da escola da brigada escolar, que são os professores, os agentes operacionais, que já fizeram o curso, saibam como atuar.

Ainda este ano serão realizadas simulações em todas instituições de ensino, de acordo com o Plano de Atendimento a Emergência (PAE).

Semanalmente ocorre o treinamento e vem tendo uma boa aceitação por parte da comunidade escolar. A aplicação do PAE envolve as crianças, professores e demais servidores.



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "PONTA DE UBÁ"  
 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

IX – Calendário Escolar

# CALENDÁRIO ESCOLAR

# 2024




## EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS		0
Férias		30
Recesso		0
Feriado		1

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS		22
Carga Horária		88
Recesso		0
Feriado		1

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	*SEFE		

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS		12
Carga Horária		48
Recesso		10
Feriado		1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		84
Recesso		0
Feriado		0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		84
Recesso		0
Feriado		1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		84
Recesso		1
Feriado		2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS		20
Carga Horária		80
Recesso		0
Feriado		2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS		12
Carga Horária		48
Recesso		9
Feriado		1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TERMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAIXÃO DE CRISTO 31 PASCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO 30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos		201
Atividades Docentes		12
Carga Horária		804
Total de Férias		30
Total de Recesso		24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias	
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias	
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

*Janete Xavier*  
**Tenile Cibele do Rocio Xavier**  
 Secretária de Educação

*Paula da Silva Inacio Pereira*  
**Paula da Silva Inacio Pereira**  
 Superintendente de Planejamento Educacional

*Ronaldo Cardoso Alboite*  
**Ronaldo Cardoso Alboite**  
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

*Tatiana Passos*  
**Tatiana Passos**  
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - FGA - Deliberação nº 01/2023  
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.